



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
54ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2012



Brasília, 2012



Sumário

Apresentação	2
I – Composição da Comissão	4
II – Reuniões e Eventos Diversos	12
Relação Descritiva das Reuniões	15
Audiências Públicas	19
Seminário	42
Prêmio Transparência e Fiscalização Pública.....	43
Outros Eventos	46
III - Tramitação das Proposições na Comissão	49
Proposições Apreciadas	55
Propostas de Fiscalização e Controle	55
Representações	58
Requerimentos	59
Sugestões de Emendas à LDO e LOA.....	76
IV - Subcomissões	78
Subcomissão Permanente do PAC e do PMCMV.....	79
Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.....	81
Subcomissão Especial da Saúde.....	89
Subcomissão Especial de Telefonia Móvel.....	91



APRESENTAÇÃO

Tive a honra, em 2012, de ser eleito Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Agradeço a confiança em mim depositada pelos membros da Comissão e também do meu partido, o PSC (Partido Social Cristão), quando me indicou para concorrer a este cargo.

Assumi com empenho e dedicação a presidência da CFFC e estou certo de que a Comissão cumpriu seu papel com responsabilidade e seriedade na promoção de debates sobre temas de relevância nacional e na implantação de ações de fiscalização e controle dos gastos públicos.

O êxito desse trabalho foi possível graças à participação efetiva e ao apoio de todos os membros do nosso Colegiado na realização das atividades da Comissão, descritas neste relatório. Participação e apoio estes que podem ser constatados pelo número de reuniões realizadas, 47, e pelo quórum expressivo dos membros em todas elas, ainda que 2012 tenha sido um ano eleitoral.

Dentre as realizações, destaco o Seminário sobre Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo; a 3ª edição do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública; o lançamento da nova edição da Cartilha de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos. Ademais, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, representando a Câmara dos Deputados, também firmou Acordo de Cooperação Técnica para Acompanhamento dos gastos públicos referentes à Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e a Controladoria Geral da União.

Durante este ano, também recebemos delegações de diversos países, principalmente repúblicas recém-criadas do continente africano, que nos visitaram em busca de nossas experiências na área de fiscalização e controle.

Nas reuniões de audiências públicas, destaco a presença de autoridades dirigentes do país: o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo; o Ministro da Saúde Alexandre Padilha; a Ministra–Chefe da Secretaria de Relações Institucionais Ideli Salvatti; o Ministro de Integração Nacional Fernando Bezerra; o ex-ministro-chefe da Comissão de Ética Pública da Presidência da República Sepúlveda Pertence; o ministro interino de Minas e Energia Márcio Zimmermann; e o presidente do Banco Central do



Brasil Alexandre Tombini. Também destaco as presenças da Presidente da Petrobras Maria das Graças Foster e do Presidente da Anatel João Batista Rezende.

Ressalto, ainda, o trabalho das Subcomissões do PAC, da Copa e da Saúde, que realizaram um total de 14 visitas-técnicas, sendo 11 dessas às cidades-sede dos jogos da Copa de 2014.

Em relação às proposições, deliberamos sobre 85 requerimentos. Lembro que, nesta Comissão, o requerimento é uma forte ferramenta de fiscalização que nos valem para solicitar informações a Ministros e outras autoridades, solicitar auditorias ao TCU e também realizar audiências públicas. Deliberamos também sobre 20 relatórios de Propostas de Fiscalização e Controle e pareceres de Representações.

Por fim, com satisfação, agradeço a colaboração dos servidores desta Comissão, da Consultoria de Orçamento, das assessorias parlamentares, enfim, todos os servidores que muito contribuíram para a consecução dos trabalhos a cargo desta Comissão.

Deputado **EDMAR ARRUDA**
Presidente



I – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle nos termos do art. 32, XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, atua na seguinte área temática e atividade:

- “a) tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal;
- b) acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;
- c) planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;
- d) representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do Congresso Nacional, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Federal, art. 71, § 1º);
- e) exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União (Constituição Federal, art. 71, § 4º);
- f) requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União;”

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle compõe-se de 20 membros titulares e igual número de suplentes indicados pelos Líderes, nos termos do Ato da Mesa n. 1/2011 que estabelece o número de membros efetivos das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica dos Partidos e Blocos Parlamentares, com base nos números de candidatos eleitos pelas agremiações.

A Presidência da Comissão é composta por um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato até a posse dos novos componentes eleitos no ano subsequente, sendo vedada a reeleição, conforme art. 39 do RICD.

Nos termos do Ato Convocatório do Presidente da Câmara dos Deputados, na reunião realizada dia 7/3/2012, instalaram-se os trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e elegeu-se o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) para o cargo de Presidente da Comissão, o Deputado Edson Santos (PT/RJ) para o cargo de Primeiro Vice-Presidente. Na reunião realizada dia 18/4/2012 elegeu-se o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) para o cargo de Segundo Vice-Presidente da Comissão.



MEMBROS DA COMISSÃO

Última Atualização: 04/01/2013 11:31:39)

Presidente: [Edmar Arruda](#) (PSC/PR)
1º Vice-Presidente: [Edson Santos](#) (PT/RJ)
2º Vice-Presidente: [Wellington Roberto](#) (PR/PB)
3º Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Devanir Ribeiro PT/SP (Gab. 332-IV)	José Mentor PT/SP (Gab. 502-IV)
Edson Santos PT/RJ (Gab. 402-IV)	Odair Cunha PT/MG (Gab. 556-IV)
Vanderlei Siraque PT/SP	Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)
PMDB	
Aníbal Gomes PMDB/CE (Gab. 731-IV)	Eduardo Cunha PMDB/RJ (Gab. 510-IV)
Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)	João Magalhães PMDB/MG (Gab. 211-IV)
Giroto PMDB/MS (Gab. 277-III)	(Deputado do PRTB ocupa a vaga)
Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III) - vaga do Bloco PV, PPS	
PSDB	
Carlos Brandão PSDB/MA (Gab. 529-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
(Deputado do PEN ocupa a vaga)	Vaz de Lima PSDB/SP (Gab. 850-IV)
PP	
Aline Corrêa PP/SP (Gab. 511-IV)	Carlos Magno PP/RO (Gab. 213-IV)
1 vaga	Luis Carlos Heinze PP/RS (Gab. 526-IV)
DEM	
Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)	Mendonça Filho DEM/PE (Gab. 314-IV)
1 vaga	Onyx Lorenzoni DEM/RS (Gab. 828-IV) - vaga do PSB
	Pauderney Avelino (*) DEM/AM (Gab. 610-IV) - vaga do PDT*
	Rodrigo Maia DEM/RJ (Gab. 308-IV)
PR	
Paulo Feijó PR/RJ (Gab. 336-IV)	Anthony Garotinho PR/RJ (Gab. 714-IV)
Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)	Davi Alves Silva Júnior PR/MA (Gab. 831-IV)
PSB	
Glauber Braga PSB/RJ (Gab. 362-IV)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
PDT	
Marcelo Matos PDT/RJ (Gab. 579-III)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Araldo Jordy PPS/PA (Gab. 376-III)
PTB	
Nilton Capixaba PTB/RO (Gab. 724-IV)	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda PSC/PR (Gab. 962-IV)	Filipe Pereira PSC/RJ (Gab. 705-IV)
PCdoB	
Daniel Almeida PCdoB/BA (Gab. 317-IV)	(Deputado do PSD ocupa a vaga)
PSD	
	Sérgio Brito PSD/BA (Gab. 638-IV) - vaga do PCdoB
PEN	
Fernando Francischini PEN/PR (Gab. 265-III) - vaga do PSDB	
PRTB	
	Aureo PRTB/RJ (Gab. 581-III) - vaga do PMDB

(*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.



PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO
54ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA



Deputado EDMAR ARRUDA (PSC/PR)
Presidente



Dep. EDSON SANTOS (PT/RJ)
1º Vice-Presidente



Dep. WELLINGTON ROBERTO (PR/PB)
2º Vice-Presidente



MEMBROS DA COMISSÃO

Presidente: [Edmar Arruda](#) (PSC/PR)
1º Vice-Presidente: [Edson Santos](#) (PT/RJ)
2º Vice-Presidente: [Wellington Roberto](#) (PR/PB)
3º Vice-Presidente:

Titulares

 Aline Corrêa PP/SP (Gab. 511-IV)	 Aníbal Gomes PMDB/CE (Gab. 731-IV)	 Carlos Brandão PSDB/MA (Gab. 529-IV)	 Daniel Almeida PCdoB/BA (Gab. 317-IV)
 Devanir Ribeiro PT/SP (Gab. 332-IV)	 Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)	 Edmar Arruda PSC/PR (Gab. 962-IV)	 Edson Santos PT/RJ (Gab. 402-IV)
 Fernando Francischini PEN/PR (Gab. 265-III)	 Giroto PMDB/MS (Gab. 277-III)	 Glauber Braga PSB/RJ (Gab. 362-IV)	 Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III)
 Marcelo Matos PDT/RJ (Gab. 579-III)	 Nilton Capixaba PTB/RO (Gab. 724-V)	 Paulo Feijó PR/RJ (Gab. 336-IV)	 Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)



 Vanderlei Siraque PT/SP	 Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)
---	--

Suplentes

 Anthony Garotinho PR/RJ (Gab. 714-IV)	 Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 376-III)	 Aureo PRTB/RJ (Gab. 581-III)	 Carlos Magno PP/RO (Gab. 213-IV)
 Davi Alves Silva Júnior PR/MA (Gab. 831-IV)	 Eduardo Cunha PMDB/RJ (Gab. 510-IV)	 Filipe Pereira PSC/RJ (Gab. 705-IV)	 João Magalhães PMDB/MG (Gab. 211-IV)
 José Mentor PT/SP (Gab. 502-IV)	 Luis Carlos Heinze PP/RS (Gab. 526-IV)	 Mendonça Filho DEM/PE (Gab. 314-IV)	 Odair Cunha PT/MG (Gab. 556-IV)



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

 <p>Onyx Lorenzoni DEM/RS (Gab. 828-IV)</p>	 <p>Pauderney Avelino (*) DEM/AM (Gab. 610-IV)</p>	 <p>Rodrigo Maia DEM/RJ (Gab. 308-IV)</p>	 <p>Sérgio Brito PSD/BA (Gab. 638-IV)</p>
 <p>Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)</p>	 <p>Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)</p>	 <p>Vaz de Lima PSDB/SP (Gab. 850-IV)</p>	

(*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.



**MOVIMENTAÇÃO PARLAMENTAR NA COMISSÃO
NO PERÍODO 07/03/2012 A 31/01/2013**

Data: 7/3/2012 – Data de instalação dos Trabalhos da Comissão

Representação	Comissão	Condição	Nome Parlamentar	Partido	UF	Entrada	Saída
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ROBERTO FREIRE	PPS	SP	16/05/12	27/11/12
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ROBERTO FREIRE	PPS	SP	07/03/12	10/05/12
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ROBERTO FREIRE	PPS	SP	10/12/12	17/12/12
PP	CFFC	T	NELSON BORNIER	PMDB	RJ	07/03/12	31/12/12
PR	CFFC	T	PAULO FEIJÓ	PR	RJ	07/03/12	02/02/13
PT	CFFC	S	JOSÉ MENTOR	PT	SP	07/03/12	02/02/13
PCdoB	CFFC	T	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	07/03/12	02/02/13
PR	CFFC	S	DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	PR	MA	07/03/12	02/02/13
PT	CFFC	T	EDSON SANTOS	PT	RJ	07/03/12	02/02/13
PSDB	CFFC	S	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP	07/03/12	02/02/13
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ARNALDO JORDY	PPS	PA	17/12/12	02/02/13
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ARNALDO JORDY	PPS	PA	27/11/12	29/11/12
Bloco PV, PPS	CFFC	S	ARNALDO JORDY	PPS	PA	04/12/12	10/12/12
PSB	CFFC	T	SEVERINO NINHO	PSB	PE	19/06/12	21/06/12
PT	CFFC	T	VANDERLEI SIRAQUE	PT	SP	07/03/12	02/02/13
PTB	CFFC	T	NILTON CAPIXABA	PTB	RO	07/03/12	02/02/13
PTB	CFFC	S	EDIVALDO HOLANDA JUNIOR	PTC	MA	07/03/12	31/12/12
PDT	CFFC	S	PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM	07/03/12	02/02/13
DEM	CFFC	T	RONALDO CAIADO	DEM	GO	07/03/12	02/02/13
Bloco PV, PPS	CFFC	S	RUBENS BUENO	PPS	PR	10/05/12	16/05/12
Bloco PV, PPS	CFFC	S	RUBENS BUENO	PPS	PR	29/11/12	04/12/12
DEM	CFFC	S	MENDONÇA FILHO	DEM	PE	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	T	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	S	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	20/04/12	02/02/13
PR	CFFC	T	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	S	MARCELO CASTRO	PMDB	PI	07/03/12	20/04/12
DEM	CFFC	S	RODRIGO MAIA	DEM	RJ	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	T	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	16/05/12	16/05/12
PT	CFFC	T	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	07/03/12	02/02/13
PT	CFFC	S	ODAIR CUNHA	PT	MG	07/03/12	02/02/13
DEM	CFFC	T	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	DEM	BA	07/03/12	09/05/12
PP	CFFC	T	ALINE CORRÊA	PP	SP	07/03/12	02/02/13
PSDB	CFFC	T	CARLOS BRANDÃO	PSDB	MA	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	T	EDIO LOPES	PMDB	RR	16/05/12	02/02/13
PMDB	CFFC	T	EDIO LOPES	PMDB	RR	07/03/12	16/05/12
PCdoB	CFFC	S	FELIPE BORNIER	PSD	RJ	12/03/12	13/04/12
PMDB	CFFC	S	PROFESSOR SETIMO	PMDB	MA	07/03/12	16/03/12
PSB	CFFC	T	VALTENIR PEREIRA	PSB	MT	05/06/12	11/06/12
PMDB	CFFC	T	GIROTO	PMDB	MS	07/03/12	02/02/13
PDT	CFFC	T	MARCELO MATOS	PDT	RJ	07/03/12	02/02/13



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

PP	CFFC	S	CARLOS MAGNO	PP	RO	07/03/12	02/02/13
Bloco PV, PPS	CFFC	T	HUGO MOTTA	PMDB	PB	07/03/12	02/02/13
PSDB	CFFC	T	BERINHO BANTIM	PEN	RR	07/03/12	07/03/12
PSB	CFFC	T	GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	11/06/12	19/06/12
PSB	CFFC	T	GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	07/03/12	07/03/12
PSB	CFFC	T	GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	14/03/12	05/06/12
PSB	CFFC	T	GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	21/06/12	02/02/13
PT	CFFC	S	SIBÁ MACHADO	PT	AC	07/03/12	02/02/13
PCdoB	CFFC	S	SÉRGIO BRITO	PSD	BA	13/04/12	02/02/13
PSC	CFFC	S	FILIPE PEREIRA	PSC	RJ	07/03/12	02/02/13
PMDB	CFFC	S	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	07/03/12	02/02/13
PSC	CFFC	T	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	07/03/12	07/03/12
PSC	CFFC	T	EDMAR ARRUDA	PSC	PR	07/03/12	02/02/13
PSDB	CFFC	T	FERNANDO FRANCISCHINI	PEN	PR	07/03/12	02/02/13
PP	CFFC	S	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	07/03/12	02/02/13
PSB	CFFC	S	ONYX LORENZONI	DEM	RS	03/12/12	02/02/13
PSB	CFFC	S	DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	07/03/12	03/12/12
PMDB	CFFC	S	AUREO	PRTB	RJ	16/03/12	02/02/13
PR	CFFC	S	ANTHONY GAROTINHO	PR	RJ	07/03/12	02/02/13
PSDB	CFFC	S	VAZ DE LIMA	PSDB	SP	07/03/12	02/02/13



II – REUNIÕES E EVENTOS DIVERSOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, nesta 2ª Sessão Legislativa, **47** reuniões, sendo **21** reuniões deliberativas, **17** reuniões de audiência pública, **1** seminário e **8** eventos diversos. As reuniões da CFFC são públicas, salvo deliberação em contrário. Ao Presidente da Comissão compete convocar e presidir todas as reuniões da Comissão, bem como organizar a Ordem do Dia das reuniões.

• Reuniões Deliberativas

As reuniões deliberativas da CFFC destinam-se à apreciação, ou seja, discussão e votação, de propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos. Essas proposições serão tratadas em item específico deste relatório. Também são apreciadas nas reuniões deliberativas, as sugestões de emendas às leis orçamentárias e os relatórios das atividades das Subcomissões.

Nas reuniões deliberativas os trabalhos iniciam com a presença de, pelo menos, metade dos membros da Comissão, o que, no caso da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, perfaz um quórum mínimo de abertura de 10 (dez) Deputados. Já para a deliberação das matérias, o quórum é de 11 (onze) Deputados. O Regimento Interno assegura ao parlamentar a prerrogativa de participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão, mesmo não sendo um dos seus membros.

As reuniões podem durar o tempo necessário ao exame das respectivas pautas, a juízo do Presidente da Comissão. No entanto, em nenhum caso as reuniões da Comissão poderão coincidir com a Ordem do Dia de Sessão Ordinária ou Extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

• Reuniões de Audiência Pública

As reuniões de audiência pública visam promover debate dos Parlamentares com autoridades e representantes da sociedade civil, a fim de instruir matéria legislativa, bem como tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à área de atuação da Comissão.

No exercício da função fiscalizatória que compete a esta Comissão, é de suma relevância para concretização do trabalho da Comissão a realização de audiências



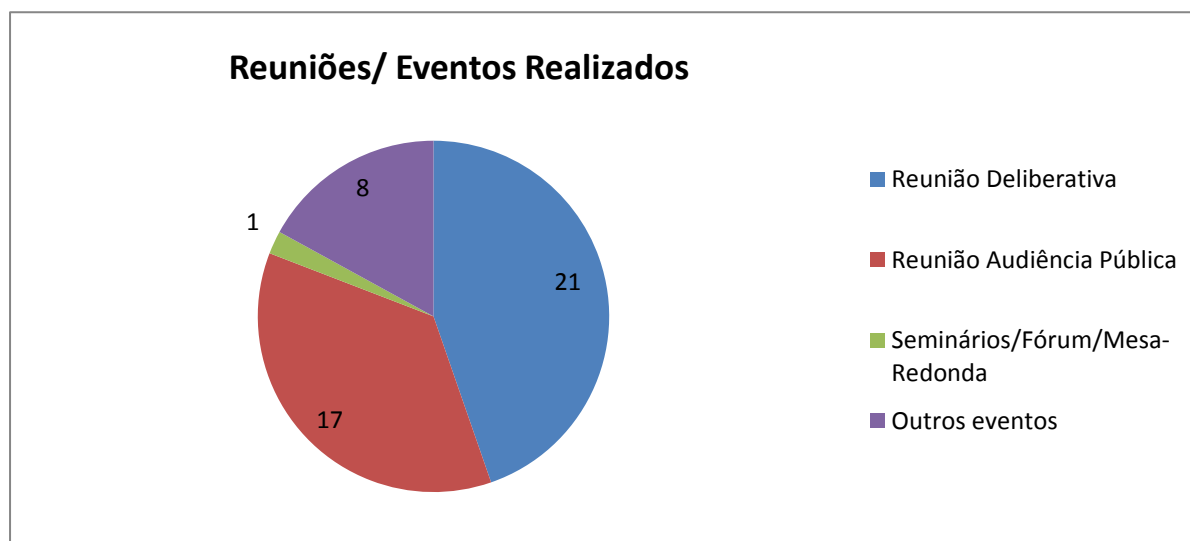
públicas e seminários, cujos resultados podem deflagrar a apresentação de proposta de fiscalização e controle a ser implementada pela própria Comissão.

A realização de reunião de audiência pública poderá ser proposta por Deputado, membro da Comissão, mediante requerimento a ser aprovado pelo Colegiado da Comissão.

A CFFC tem também competência para convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Além disso, Ministros de Estado poderão comparecer espontaneamente para expor assunto de relevância de seu ministério.

QUADRO ESTATÍSTICO DAS REUNIÕES

Reuniões Deliberativas	Audiências Públicas	Seminário/Fórum/Mesa-Redonda	Outros eventos	TOTAL
21	17	01	8	47



Na presente Sessão Legislativa participaram das audiências públicas da Comissão sete Ministros de Estado: da Comissão de Ética Pública e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; da Saúde; da Justiça; da Integração Nacional; Presidente do Banco Central do Brasil e ministro interino de Minas e Energia.



No Seminário debateu-se a respeito de *Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Reflexos na Economia do Brasil*. O evento contou com a participação de diversas autoridades que atuam na área econômica do país.

Em ação conjunta com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Comissão, em 13/11/2012, promoveu a realização da Sessão Solene que conferiu aos homenageados o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública - edição 2012. Na categoria Sociedade Civil, o Prêmio Jonathas Hugo Parra Mota foi conferido à Sociedade Eticamente Responsável; na categoria Governamental, o Prêmio Moacir Micheletto foi concedido a Gilberto Kassab.

A Presidência da CFFC também mostrou as atividades desenvolvidas pela comissão durante encontros diplomáticos com delegações parlamentares de outros países que estiveram em visita à Câmara dos Deputados. Em 2012, visitaram a CFFC delegações da Etiópia, Quênia, Moçambique e Cameroun.

A Comissão também participou da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para intercâmbio de informações objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. O Acordo foi celebrado pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e pela Controladoria-Geral da União, em cerimônia realizada em 18/12/12.



RELAÇÃO DESCRITIVA DAS REUNIÕES

Dia 7/3/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do 1º Vice-Presidente da Comissão.

Dia 14/3/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 21/3/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 28/3/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 11/4/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 17/4/2012, às 14h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a má operação dos sistemas de telefonia fixo e móvel.
- Roberto Pinto Martins, superintendente de Serviços Públicos, e Bruno Ramos, superintendente de Serviços Privados, da Anatel ;
- Carlos Duprat, diretor executivo do SindiTleBrasil ;
- Luiz Otavio, diretor de Assuntos Regulatórios da Claro
- Luis Fernando Amadeo Almeida, diretor jurídico da Nextel ;
- Marcos Augusto Mesquita Coelho, diretor de relações Institucionais da Oi – Brasil Telecom;
- André Gustavo, gerente executivo de Relações Institucionais da Tim Celular S/A; e
- Enylson Camolesi, diretor de Relações Institucionais da Vivo Telefonica.

Dia 18/4/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições e eleição do 2º Vice-Presidente da CFFC.

Dia 24/4/2012, às 15h – Plenário 7 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca do funcionamento e das atribuições da Comissão de Ética Pública.
- José Paulo Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Dia 25/4/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 8/5/2012, às 15h – Plenário 14 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades nos hospitais federais do Rio de Janeiro
- Alexandre Padilha, ministro da Saúde;
- Osvaldo Vicente Cardoso Perrout, titular da Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro;
- Marcelo André Barboza da Rocha Chaves, titular 4ª Secretaria de Controle Externo TCU;
- Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da CGU;
- José Gustavo Lopes Roriz, diretor de Auditoria da Área Social da CGU; e
- Leila Regina de Carvalho, ex-diretora administrativa do Hospital Federal de Bonsucesso.



Dia 9/5/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
- Deliberação de proposições.

Dia 16/5/2012, às 9h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa
- Deliberação de proposições.

Dia 16/5/2012, após Reunião Ordinária – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca das denúncias de irregularidades na compra de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca.
- Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Relações Institucionais (ex-ministra da Pesca e Aquicultura).

Dia 22/5/2012, às 14h30 – Plenário 11 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater acerca das dificuldades encontradas pelo Governo Federal para a conclusão das obras de transposição do rio São Francisco.
- Fernando Bezerra, ministro da Integração Nacional

Dia 23/5/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 30/5/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 05/06/2012, às 15h – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta das Comissões: CAE-SF, CDEIC, CFFC, CFT, CMA-SF e CMO.

- Audiência pública destinada a avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen).

Dia 13/6/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 19/6/2012, às 14h30 – Plenário 5 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a regulação das atividades de fiscalização financeira e controle dentro da estrutura do Estado
- Ruszel Cavalcante, promotor de Justiça da Infância e Adolescência do Ministério Público do Piauí e representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp);
- Rui Ribeiro, conselheiro do Conselho Federal de Administração (CFA);
- Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon);

Dia 27/6/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições – sugestões de emendas ao PLDO/2013

Dia 27/6/2012, após Reunião Ordinária Deliberativa – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições



Dia 4/7/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 8/8/2012, às 10h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 22/8/2012, às 09h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 5/9/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a qualidade do sinal de telefonia móvel no país.
- João Batista de Rezende, presidente da Anatel

Dia 19/9/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta da CFFC e da CME

- Audiência pública destinada a debater sobre o Plano de Negócios da Petrobras, sobre o adiamento do início da operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em construção em Itaboraí, no Rio de Janeiro, e das duas refinarias Premium previstas para serem construídas no Maranhão e no Ceará, e sobre o risco de desabastecimento de combustíveis.
- Maria das Graças Foster, presidente da Petrobras

Dia 17/10/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 31/10/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater sobre o fim do exame da Ordem dos Advogados do Brasil
- Amaro Henrique Pessoa Lins, secretário de Educação Superior do MEC .

Dia 7/11/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 21/11/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II

- Deliberação de proposições

Dia 22/11/2012, às 10h – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta das Comissões: CAE-SF, CDEIC, CFFC, CFT, CMA-SF e CMO.

- Audiência pública destinada a apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – referente ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.:
- Dr. Alexandre Antonio Tombini, presidente do Banco Central do Brasil

Dia 28/11/2012, às 9h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições – sugestões de emendas ao PLOA

Dia 28/11/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a exigência de aprovação de bacharéis em Direito no Exame da Ordem como condição para o exercício da advocacia no país.
- Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, assessor jurídico do Conselho Federal da OAB, representando o presidente da OAB;



- Daniel Lliescu, presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE;
- Gisa Almeida Moura, presidente da Associação Bacharéis em Ação;
- Rubens Teixeira, professor da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB – FAECAD;
- Celso Orlando Galli (Willyan Jhones), presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil – OBB;

Dia 28/11/2012, às 10h – Plenário 14 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta da CME, CDEIC e CFFC

- Audiência pública destinada a esclarecimentos sobre as recentes interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas no País
- Márcio Pereira Zimmermann, ministro interino de Minas e Energia.

Dia 29/11/2012 – às 10h – Plenário 2 – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta da CFT e CFFC

- Audiência pública destinada a debater a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social.
- Alessandra Lopes Gadioli, diretora substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Paulo Hadich, vereador da Câmara Municipal de Limeira/SP e presidente da federação brasileira de associações socioeducacionais de adolescentes (FEBRAEDA);
- Carlos Eduardo Ferrari, vice-presidente da Federação Nacional das AVAPE (FENAVAPE) e ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- Wagner Nogueira da Silva, membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social (SUAS/MDS);
- José Eduardo Sabo Paes, procurador de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT);
- José Miranda de Oliveira Filho, representante da Rede Nacional de Ação Social; e Edna Alegro, ex-auditora fiscal da Receita Federal do Brasil.

Dia 04/12/2012 – às 10h – Plenário 6 – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta da CSPCCO e CFFC

- Audiência pública destinada a discutir sobre a crise na segurança pública no país, em especial no Estado de São Paulo, e prestar esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim, da Polícia Federal.
- José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça;
- Leandro Daiello Coimbra, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal;
- Roberto Ciciliati Troncon Filho, superintendente da Polícia Federal do Estado de São Paulo.

Dia 05/12/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 12/12/2012, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência pública realizada em 17/4/2012

Destinada a debater a má operação dos sistemas de telefonia fixo e móvel.

Requerimento 194/11, do Deputado Filipe Pereira, aprovado em 29/6/2011.

Participantes: Roberto Pinto Martins, superintendente de Serviços Públicos, e Bruno Ramos, superintendente de Serviços Privados, da Anatel; Carlos Duprat, diretor executivo do SindiTtlebrasil; Luiz Otavio C. Marcondes, diretor de Assuntos Regulatórios da Claro; Luis Fernando Amadeo Almeida, diretor Jurídico da Nextel ; Marcos Augusto Mesquita Coelho, diretor de Relações Institucionais da Oi – Brasil Telecom; André Gustavo, gerente executivo de Relações Institucionais da Tim Celular S/A; e Enylson Camolesi, diretor de Relações Institucionais da Vivo Telefônica.



Foto: Gustavo Lima – Banco de Imagens CD

Os parlamentares questionaram os convidados sobre a má qualidade dos serviços prestados ao consumidor, principalmente quanto à falhas e interrupções da transmissão, os altos preços praticados, os erros e omissões nas faturas de cobrança, e o atendimento precário prestado pelos *call centers*.

Os representantes da Anatel discorreram sobre a função reguladora da agência e as ações tomadas para coibir as falhas nos sistemas fixo e móvel, o que efetivamente estaria levando à diminuição das reclamações dos usuários.

Os representantes do Sinditelebrasil e das operadoras, por sua vez, procuraram relativizar os problemas, enfatizando a expansão do sistema, os investimentos realizados e a diminuição de reclamações aos órgãos de defesa do consumidor. Também ressaltaram que o setor sofre com a alta taxa de encargos, baixa margem de lucros, além da morosidade dos órgãos ambientais em conceder licenças e legislações locais restritivas, que dificultam a expansão do número de antenas instaladas, indispensáveis para a melhoria do funcionamento do sistema.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Ao final, o presidente da Comissão, deputado Edmar Arruda, com o apoio dos demais parlamentares presentes, afirmou que a CFFC vai se empenhar no sentido de estabelecer uma legislação federal que minimize as dificuldades apontadas pelos convidados, oriundas da atuação dos governos federal e local sobre os sistemas de telefonia fixo e móvel. Em contrapartida, cobrou mais empenho das operadoras e da Anatel no sentido de garantir serviços de melhor qualidade, visando atender às necessidades e expectativas do consumidor.



Audiência pública realizada em 24/4/2012

Destinada a prestar esclarecimentos acerca do funcionamento e das atribuições da Comissão de Ética Pública.

Requerimento 284/2012, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 28/3/2012.

Participante: José Paulo Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.



Foto: Leonardo Prado – Banco de Imagens da CD

Em suas considerações iniciais, o convidado enfatizou a evolução das instituições democráticas do país desde o fim da ditadura militar, com a criação de uma série de organismos de controle e fiscalização do poder público, culminando com a criação da Comissão de Ética Pública, sobre cujas funções, estrutura e ações discorreu.

Durante o debate, o deputado Vanderlei Macris cobrou esclarecimentos sobre as conclusões e consequências das investigações da Comissão de Ética Pública envolvendo ministros de Estado a respeito de casos de denúncias de corrupção recentes. Com a palavra, o convidado prestou os esclarecimentos solicitados.

Por sua vez, o deputado Edson Santos teceu elogios ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Ética, destacando sua importância para o aumento da transparência na administração pública, e defendeu a necessidade de fortalecimento da estrutura daquela Comissão, que, conforme informou o convidado, possui orçamento bastante modesto.



Audiência pública realizada em 8/5/2012

Destinada a prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades nos hospitais federais do Rio de Janeiro.

Requerimentos 180/2011 e 202/2011, ambos do deputado Nelson Bornier, aprovados respectivamente em 14/9/2011 e 19/10/2011

Participantes: Alexandre Rocha Santos Padilha, ministro da Saúde; Osvaldo Vicente Cardoso Perrout, titular da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro do Tribunal de Contas da União; Marcelo André Barboza da Rocha Chaves, titular da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; José Gustavo Lopes Roriz, diretor de Auditoria da Área Social da Controladoria-Geral da União; e Leila Regina de Carvalho, ex-diretora administrativa do Hospital Federal de Bonsucesso.



Foto: Alexandre Martins – Banco de Imagens CD

O ministro Padilha falou inicialmente sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério no sentido de aumentar a transparência, a fiscalização e o controle dos gastos e serviços públicos de saúde, inclusive em relação aos hospitais federais do Rio de Janeiro, demonstrando que a economia de recursos resultante desse trabalho vem sendo investida na melhoria e ampliação dos serviços oferecido à população.

Instado pelo deputado Nelson Bornier, o ministro também abordou questões pontuais sobre denúncias envolvendo os hospitais federais do Rio de Janeiro e um ex-assessor do Ministério da Saúde, informando que as providências cabíveis estão sendo tomadas pelos órgãos competentes.

Os representantes do TCU e da CGU também prestaram esclarecimentos sobre o andamento das investigações envolvendo irregularidades nos hospitais federais do Rio de Janeiro. Já a Sra. Leila Regina de Carvalho, ex-diretora administrativa do Hospital Federal de Bonsucesso, destacou seu trabalho como servidora de carreira na área da saúde e negou qualquer envolvimento em irregularidades.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O autor do requerimento da audiência, deputado Nelson Bornier, mostrou-se satisfeito com a participação do ministro e demais convidados presentes, mas lamentou a ausência de diversos diretores dos hospitais federais do Rio de Janeiro – e especialmente do diretor do Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio, João Marcelo Ramalho Alves –, os quais, embora convidados, não compareceram à audiência.



Audiência pública realizada em 16/5/2012

Destinada a prestar esclarecimentos acerca das denúncias de irregularidades na compra de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca.

Requerimento nº 301/12, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 11/4/2012.

Participante: Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Relações Institucionais (ex-ministra da Pesca e Aquicultura).



Foto: Leonardo Prado – Banco de Imagens CD

Inicialmente, a ministra esclareceu que todo o processo de aquisição das lanchas-patrolha pelo MPA ocorreu antes de sua posse, tendo ela pagado apenas a última parcela referente ao contrato. Acrescentou que a auditoria feita pelo TCU se deu após a sua saída da Pasta, não havendo, portanto, qualquer questionamento de órgãos de fiscalização sobre esse contrato durante o período em que foi ministra da Pesca e Aquicultura. Explicou ainda que, conforme estabelece a Lei nº 11.958, também compete ao MPA fazer a fiscalização das atividades de aquicultura e pesca.

Questionada pelo autor do requerimento de audiência, deputado Vanderlei Macris, a ministra afirmou que só tomou conhecimento do contrato após sua posse no MPA e que todas as lanchas foram destinadas à fiscalização, por meio de compartilhamento com a Marinha e com órgãos de fiscalização de diversos estados da Federação.



Audiência pública realizada em 22/5/2012

Destinada a debater acerca das dificuldades encontradas pelo Governo Federal para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco.

Requerimento nº 292/12, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 11/4/2012.

Participante: Fernando Bezerra, ministro da Integração Nacional.



Foto: Alexandre Martins – Banco de Imagens da CD

O ministro Fernando Bezerra prestou esclarecimentos sobre o conjunto das obras do projeto de integração das bacias hidrográficas nordestinas, a partir da transposição das águas do rio São Francisco, ressaltando que o objetivo é oferecer segurança hídrica à região, ampliando a oferta de água, sobretudo no semiárido nordestino. Segundo o ministro, as obras foram interrompidas temporariamente devido a questões técnicas levantadas nos projetos executivos – que ensejaram aditivos contratuais –, mas já foram retomadas e, até o fim do ano, estarão em ritmo acelerado. Informou também que já foram executados 36% do total das obras e que a variação na estimativa do seu custo – que em 2007 era de R\$ 4,8 bilhões e atualmente é de 8,200 bilhões – ocorreu principalmente devido aos reajustes contratuais já previstos e ao aumento do custo socioambiental das obras, estando os aditivos contratuais limitados a 25% do valor inicialmente pactuado.

Questionado pelos parlamentares, o ministro admitiu que o custo total ainda pode sofrer reajustes, mas garantiu que não faltarão recursos para a execução das obras, respeitando-se os cronogramas atuais, que preveem a conclusão do eixo leste até o final de 2014 e do eixo norte no segundo semestre de 2015.



Audiência pública realizada em 5/6/2012– conjunta das Comissões: CAE-SF, CDEIC, CFFC, CFT, CMA-SF e CMO.

Destinada a avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Participante: Alexandre Antonio Tombini, presidente do Banco Central do Brasil (Bacen).



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC

O presidente do Bacen disse que a economia brasileira está crescendo abaixo do seu potencial, mas vai retomar o ritmo no segundo semestre, puxada pelo consumo das famílias, pela redução dos juros e pelas medidas de estímulo adotadas pelo governo nos últimos meses, como incentivos fiscais e desoneração da folha de pagamento de 15 setores empresariais. Segundo Tombini, o baixo desemprego e o aumento da renda real do trabalhador vão continuar estimulando o consumo ao longo do ano. A oferta de crédito para esse consumo, que vem em um ritmo mais lento, também deverá crescer até o fim de 2012. Para ele, o governo não pode abrir mão do consumo como forma de incentivo à atividade econômica. Sobre o cenário internacional, disse que os mercados ainda são muito voláteis, com baixo crescimento da economia e um “viés desinflacionário”, que pode chegar ao Brasil. Ou seja, os preços internacionais estão em um processo de queda, o que por um lado reduziria o valor das exportações do país, mas por outro evitaria repiques inflacionários.

Durante o debate, a oposição mostrou-se menos otimista do que o presidente do BC. O deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) lamentou que o governo esteja apostando no consumo como única forma de reativar a economia, receita que já fora adotada em 2008 pelo então governo Lula, no início da crise econômica internacional, e argumentou que o governo Dilma deveria investir nas reformas, como a tributária. Já o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse que



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

o governo deveria focar o investimento e a forma de fazer isso seria estimular a poupança interna, e não o consumo. Já os parlamentares da base aliada do governo elogiaram a atuação do Bacen, que em agosto do ano passado iniciou um movimento de redução da taxa Selic, quando saiu de 12% para os atuais 8,5%. O senador Lindberg Farias (PT-RJ) ressaltou que o Bacen viu além dos agentes do Mercado Financeiro, que na época criticavam a medida e viam na decisão uma ingerência do governo nas decisões do BC.

Diversos parlamentares questionaram também a situação de inadimplência das famílias, um assunto que vem sendo tratado com recorrência por especialistas e considerado um dos fatores que podem segurar o crescimento este ano. Tombini afirmou que o BC espera uma redução também para o segundo semestre. Segundo ele, os empréstimos tomados a partir do segundo semestre de 2011 já apresentam um nível menor de inadimplência.

(com informações do *Jornal da Câmara* de 5/6/2012)



Audiência pública realizada em 19/6/2012

Destinada a debater a regulação das atividades de fiscalização financeira e controle dentro da estrutura do Estado (PEC 54/11)

Requerimento nº 302/2012, de autoria do deputado Roberto Freire, aprovado em 18/04/12.

Participantes: Ruszel Cavalcante, promotor de Justiça da Infância e Adolescência do Ministério Público do Piauí e representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Rui Ribeiro, conselheiro do Conselho Federal de Administração (CFA) e Rudnei Matos, representante do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacom)



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC

Iniciando as explanações, o Sr Ruszel Cavalcante argumentou que, atualmente, os controladores internos não são partícipes da gestão pública, ainda exercida de modo um tanto autoritário pelos gestores, e informou que a Conamp apoia integralmente a aprovação da PEC 54/11, que, “altera o art. 74 da Constituição Federal e dispõe sobre o mandato dos controladores internos em cada Poder e Instituição”. Segundo o palestrante, a aprovação da PEC 54/11, de autoria do deputado Rubens Bueno e relatada pelo deputado Roberto Freire, daria maior autonomia aos agentes de controle interno da gestão pública, com a eleição de controladores escolhidos dentre os membros efetivos da unidade gestora.

Na mesma linha do primeiro palestrante, os Srs. Rui Ribeiro e Rudinei Marques também defenderam a aprovação da PEC 54/11 – ainda que algumas ressalvas – e o incremento da fiscalização e do controle interno da gestão pública como o melhor caminho para prevenir e combater a corrupção.

A deputada Carmem Zanotto e o deputado Dimas Ramalho também manifestaram apoio à aprovação da PEC 54/11, ressaltando a necessidade de maior autonomia aos membros do Controle Interno dos órgãos públicos.



Audiência pública realizada em 5/9/2012

Destinada a debater acerca da qualidade do sinal de telefonia móvel no país.

Requerimento nº 343/2012, de autoria do deputado Eduardo Cunha,

Participante: João Batista Rezende, presidente da Anatel



Foto: Nilson Bastian – Banco de Imagens da CD

O presidente da Anatel criticou a atuação das empresas no país e destacou que a Anatel vem tomando todas as medidas necessárias para melhorar a situação e irá promover avaliações trimestrais sobre os avanços de cada empresa. Segundo Rezende, a Anatel fez uma série de estudos internos e solicitou às empresas informações como a taxa de queda nas chamadas, índices de interrupção de chamadas e o plano de investimentos por empresa até 2014 para a melhoria do serviço. A medida considerada como mais rigorosa foi a proibição da comercialização de novas linhas da TIM, no entanto, de acordo com o presidente, a ação foi necessária já que a empresa apresentava os piores índices de qualidade em todos os estados do Brasil.

Os deputados questionaram o presidente da Anatel sobre a situação atual, a demora da Agência em agir, os custos do setor, os fatores que impactam na qualidade do sinal e as reais perspectivas de melhora da telefonia. Considerando a extensão do mercado de telefonia no país, o deputado Edmar Arruda, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e relator da Subcomissão de Telefonia Móvel, ressaltou a importância da audiência proposta pelo presidente da Subcomissão, deputado Eduardo Cunha, e do diálogo permanente com a sociedade para que os consumidores tenham um serviço de telefonia de qualidade.

O presidente da Anatel respondeu as questões propostas e ressaltou a expansão do mercado de telefonia móvel no Brasil nos últimos anos e o descompasso entre este crescimento e a infraestrutura ofertada pelas empresas. Segundo ele, este descompasso resultou na crise que tomou conta do setor com índices recordes de queixas nos órgãos de defesa do consumidor e na



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

própria Anatel contra os serviços prestados pelas empresas. Informou também que um dos planos da Anatel para ressarcir os consumidores dos prejuízos que vem acontecendo com chamadas derrubadas é garantir ao consumidor o direito de realizar nos próximos 120 segundos uma nova chamada, para o mesmo número, sem nenhum custo, esclarecendo que a medida ainda está em fase de análise pela Advocacia Geral da União.



Audiência pública realizada em 19/9/2012 – conjunta da CFFC e CME

Destinada a debater sobre o Plano de Negócios da Petrobras, sobre o adiamento do início da operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em construção em Itaboraí, no Rio de Janeiro, e das duas refinarias Premium previstas para serem construídas no Maranhão e no Ceará, e sobre o risco de desabastecimento de combustíveis.

Requerimentos nº 330/2012/CFFC, dos deputados Edio Lopes e Alexandre Santos, e nº 135/2012/CME, dos deputados Domingos Sávio, Ronaldo Benedet e Telma Pinheiro, aprovados pelas respectivas Comissões em 4/7/2012 e 5/9/2012.

Participantes: Maria das Graças Foster, presidente da Petrobras.



Foto: Fernando Chaves / Ascom PSC

Graça Foster apresentou números gerais da empresa e algumas séries históricas como os preços do combustível no país desde 2002 até o primeiro semestre de 2012 em comparação com o mercado internacional. A presidente afirmou que, de fato, em períodos como 2003, 2007, 2009, 2010 e parte de 2011 a empresa brasileira operou com preços mais altos que o internacional, mas destacou que essa é uma política que trouxe resultados positivos para a empresa. Esclareceu também que o Comperj, cuja primeira fase deve ser concluída em 2015, é o maior investimento da Petrobras no momento e o retorno gerado por esse projeto será correspondente aos investimentos feitos.

Durante o debate, os parlamentares ressaltaram os prejuízos para toda sociedade que decorrem do atraso dessas obras e questionaram a presidente da Petrobras a respeito das duas refinarias Premium prevista para serem construídas no Maranhão e no Ceará.

Graça Foster afirmou que o Brasil precisa dessas refinarias e que elas vão ser construídas, acrescentando que a previsão de crescimento da demanda por combustíveis no país é de 4,5% ao ano entre 2011 e 2020.



Audiência pública realizada em 31/10/2012.

Destinada a debater sobre o fim do exame da OAB.

Requerimento: nº 339, do deputado Eduardo Cunha, aprovado em 08/08/2012.

Participante: Amaro Henrique Pessoa Lins, secretário de Educação Superior do MEC



Foto: Alexandre Martins – Banco de Imagens CD

Em sua explanação inicial, o secretário de Educação Superior enfatizou a constitucionalidade do exame da Ordem e a complementaridade entre a regulação educacional exercida pelo MEC e a regulação profissional exercida pela OAB.

Durante o debate, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), autor do requerimento da audiência, posicionou-se contrariamente à exigência de aprovação no exame da OAB para que os bacharéis de Direito possam exercer a advocacia, argumentando que caberia ao MEC e não à OAB garantir a boa formação dos bacharéis, por meio de uma fiscalização mais rigorosa dos cursos de Direito no país. O deputado cobrou uma posição política do MEC, destacando que a questão a ser discutida não é a legalidade da prova da OAB, mas “a excrecência dessa regra e a necessidade de alterá-la urgentemente”.

A maioria dos deputados inscritos como oradores seguiram a mesma linha de raciocínio do autor do requerimento, posicionando contra o exame da OAB. O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC/PR), salientou ainda que as justificativas de que a prova “protege” a sociedade não se sustentam, pois, apesar de existirem profissões, como medicina e engenharia, cujo mau exercício poderia colocar em risco inclusive a vida das pessoas, os estudantes de direito são os únicos do país que, após se graduarem e conquistarem o seu diploma, precisam de um exame de uma associação profissional, para que possam trabalhar e exercer suas atividades”.

Ao final o convidado, apesar de se posicionar favoravelmente à manutenção da exigência do exame, se disse satisfeito com a forma de abordagem do tema pelos deputados, com ênfase na necessidade de um maior controle da qualidade dos cursos de Direito, e informou que levaria as observações dos parlamentares ao conhecimento do ministro da Educação.



Audiência pública realizada em 22/11/2012

Destinada a apresentar os trabalhos mais relevantes desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União na área de Tecnologia da Informação.

Requerimento nº 350/2012, do deputado Edmar Arruda, aprovado pela Comissão em 17/10/2012.

Participante: Cláudio Souza Castello Branco - secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU.



Foto: Natália Oliveira

O secretário explanou sobre as atribuições e ações da Secretaria de Fiscalização e Tecnologia do TCU (Sefti), com enfoque na fiscalização da governança pública, e destacou os principais trabalhos da Sefti na avaliação da gestão da Tecnologia de Informação dos órgãos públicos. Também distribuiu aos membros da Comissão cópia do relatório Fiscobras 2012 – Fiscalização de obras públicas pelo TCU, onde constam os dados consolidados das obras com indício de irregularidades graves identificadas pelo TCU, no período de novembro de 2011 a outubro de 2012.

Após a explanação do convidado, o deputado Edmar Arruda agradeceu a presença do secretário e enfatizou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Sefti no âmbito da fiscalização, bem como a necessidade de sua divulgação à sociedade.



Audiência pública realizada em 22/11/2012 – conjunta das Comissões: CAE-SF, CDEIC, CFFC, CFT, CMA-SF e CMO.

Audiência pública destinada a apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – referente ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.:

Participante: Dr. Alexandre Antonio Tombini, presidente do Banco Central do Brasil



Foto: Alexandre Martins – Banco de Imagens da CD

O presidente do Bacen disse que a possibilidade de ocorrência de um “evento extremo” no cenário internacional diminuiu, mas que o crescimento econômico mundial continua baixo. Segundo o presidente do Bacen, os problemas financeiros ocasionados pela crise internacional, que já dura cinco anos, vêm sendo substituídos por uma preocupação maior com a situação fiscal dos países. Ele observou que, nas primeiras conversas pós-eleições nos Estados Unidos, “houve um sentimento de perspectivas favoráveis de evolução” e os mercados refletiram isso. Também reiterou que é esperado crescimento negativo para este ano na União Europeia (EU), mas que o mercado já projeta uma contração menor para 2013. Para o Brasil, Alexandre Tombini destacou o crescimento anualizado de 4,7%, que ocorreu no país no terceiro trimestre deste ano, e projetou, a partir de previsões do mercado financeiro, a manutenção de alta em torno de 4% para o ano de 2013.

Apesar do provável não-cumprimento da meta fiscal deste ano, Alexandre lembrou que a dívida pública do Brasil vem caindo em proporção ao PIB, chegando hoje a 58,5%. Acrescentou que a situação do país é confortável, considerando o cenário de crise internacional. O vice-líder do Governo na Comissão Mista de Orçamento, deputado Claudio Puty (PT-PA), disse que o Brasil tem condições de enfrentar a continuidade da crise e, quanto à situação interna, reconheceu que há desafios, mas salientou que o Brasil, comparado com o resto do mundo, tem tomado as medidas necessárias.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Em relação à inflação, o presidente do Bacen explicou que a meta foi mais impactada pelos preços dos produtos agrícolas no início do ano, mas que esses valores, no atacado, já apresentam queda desde outubro. No acumulado do ano, os preços dos alimentos subiram mais de 10%.

(com informações do *Jornal da Câmara* de 23/11/2012)



Audiência pública realizada em 28/11/2012

Destinada a debater a exigência de aprovação de bacharéis em Direito no Exame da Ordem como condição para o exercício da advocacia no país.

Requerimentos nº 345/2012, do deputado Sibá Machado, e nº 351/2012, do deputado Carlos Magno

Participantes: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, assessor jurídico do Conselho Federal da OAB, representando o Presidente da OAB; Daniel Lliescu, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Gisa Almeida Moura, presidente da Associação Bacharéis em Ação; Rubens Teixeira, professor da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB – FAECAD; Celso Orlando Galli (Willyan Jhones), presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil (OBB).



Foto: Sérgio Almeida – Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Nas suas explanações, os Srs. Celso Orlando Galli, Gisa Almeida Moura e Rubens Teixeira defenderam a extinção do exame OAB. Para os representantes das associações de bacharéis, a exigência do exame gera prejuízos econômicos e emocionais para os bacharéis, além de tratar-se de reserva de mercado da OAB e de usurpação das atribuições do MEC, que é o responsável por credenciar e fiscalizar as faculdades de Direito no país.

O representante da UNE, Daniel Lliescu, limitou-se a apresentar os “prós e contras” da exigência do exame da OAB e informou que a UNE ainda não tem uma posição institucional definida sobre o tema.

Já o representante da OAB, Oswaldo Pinheiro, defendeu a manutenção do exame, argumentando que ele é necessário para garantir a boa qualidade dos serviços prestados à sociedade, haja vista a proliferação de faculdades de Direito no país, muitas das quais funcionam precariamente e não garantem a formação de bons profissionais.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Os deputados Eduardo Cunha, autor de projeto de lei que propõe a extinção do exame da OAB, Carlos Magno, Sibá Machado e Vicentinho também defenderam o fim da exigência do exame da Ordem para o exercício da advocacia, ao passo que o deputado José Mentor defendeu a manutenção do exame.



Audiência pública realizada em 28/11/2012 – conjunta da CME, CDEIC e CFFC

Destinada a esclarecimentos sobre as recentes interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas no país

Requerimentos n^{os} 142/2012-CME; 129/2012-CDC; 82/2012-CDEIC; e 355/2012-CFFC.

Participantes: Márcio Pereira Zimmermann, secretário executivo e ministro interino de Minas e Energia.



Foto: Francisco Stuckert/MME

O secretário-executivo de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, rebateu com firmeza as críticas à Medida Provisória 579/12, que permitiu a renovação de concessões no setor elétrico. Zimmermann explicou que existe uma insatisfação de algumas empresas pelo fato de não poderem mais ser remuneradas por investimentos feitos e já amortizados, como ocorria no modelo anterior. Essa regra foi modificada pela medida provisória, a fim de retirar essa despesa da União e, com isso, reduzir as tarifas de energia.

Entretanto, o deputado Walter Feldman (PSD B-SP) avaliou que a MP traz, sim, insegurança jurídica. Feldman disse concordar com a tese de que o ativo já concluído não pode continuar sendo remunerado. Para ele, porém, a presidente Dilma Rousseff não poderia ter apresentado medida provisória, devendo esperar até 2015, quando se encerrariam os atuais contratos, para então modificar a regra das concessões.

Sobre a série de cinco apagões ocorrida no país, entre setembro e outubro, Márcio Zimmermann disse que foram constatadas diversas falhas nos sistemas de proteção que deveriam funcionar quando o sistema principal apresentasse problemas. O secretário se mostrou mais preocupado com o apagão que ocorreu no Norte e no Nordeste no dia 26 de outubro. Ele disse que os técnicos responsáveis pela manutenção do sistema deixaram de executar testes básicos, e até a própria manutenção fora falha. Informou que, para prevenir novos problemas, foi montado um esquema de fiscalização de um protocolo de segurança que está sendo realizado pelas próprias empresas. Zimmermann disse ainda que não existe “crise” no setor elétrico.

(com informações do Jornal da Câmara de 29/11/2012)



Audiência pública realizada em 29/11/2012 – conjunta da CFT e CFFC

Destinada a debater a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social

Requerimentos nº 145/12-CFT, do deputado João Dado, e nº 364/12 - CFFC, da deputada Aline Corrêa.

Participantes: Alessandra Lopes Gadioli, diretora substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Paulo Hadich, vereador da Câmara Municipal de Limeira/SP e presidente da federação brasileira de associações socioeducacionais de adolescentes (FEBRAEDA); Carlos Eduardo Ferrari, vice-presidente da Federação Nacional das AVAPE (FENAVAPE) e ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Wagner Nogueira da Silva, membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social (SUAS/MDS); José Eduardo Sabo Paes, procurador de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT); José Miranda de Oliveira Filho, representante da Rede Nacional de Ação Social; e Edna Alegro, ex-auditores fiscal da Receita Federal do Brasil.



Foto: Lúcio Bernardes – Banco de Imagens da CD

O deputado João Dado (PDT-SP) afirmou que, caso seja necessário, a lei que regula a certificação de entidades filantrópicas poderá ser alterada. O parlamentar reconheceu que o entendimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de que, além da análise contábil, deve fazer também a análise técnica para liberar as certificações, tem gerado controvérsias, haja vista que várias entidades têm tido seu certificado negado sob o argumento de que a aprendizagem, ou a inserção de jovens no mercado de trabalho, não seria assistência social.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O representante da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB-GO, Wagner Nogueira da Silva, e o procurador de Justiça do MPDFT José Eduardo Paes afirmaram que a Constituição garante que a promoção e integração ao mercado de trabalho fazem parte da assistência social. Observaram, entretanto, que os certificados também estariam sendo negados por problemas contábeis.

Já a diretora- substituta do SUAS Alessandra Gadioli, argumentou que o MDS está procurando passar das exigências contábeis da lei para olhar a qualidade e a gratuidade dos serviços prestados pelas entidades. Alessandra Gadioli pediu às entidades que tiverem seus pedidos de certificação indeferidos que participem da fase de recursos, pois novos argumentos poderão ser analisados.

(com informações do *Jornal da Câmara* de 30/11/2012).



Audiência pública realizada em 4/12/2012 – conjunta da CFFC e CSPCCO

Destinada a discutir sobre a crise na segurança pública no país, em especial no Estado de São Paulo, e prestar esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim, da Polícia Federal.

Requerimentos nº 182/12 - CSPCCO, do deputado Efraim Filho; nº 375/12-CFFC do deputado Edson Santos. e nº 376/12, do deputado Mendonça Filho.

Participantes: José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça; Leandro Daiello Coimbra, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal; e Roberto Ciciliati Troncon Filho, superintendente da Polícia Federal do Estado de São Paulo.



Foto: Alexandre Martins – Banco de Imagens da CD

O ministro José Eduardo Cardoso negou qualquer tipo de interferência política para “poupar ou blindar” pessoas nas duas operações recentemente deflagradas pela Polícia Federal: Porto Seguro e Durkheim. Em relação à Operação Porto Seguro, Cardoso disse que foi informado de maneira genérica, no dia anterior, de que haveria uma operação envolvendo um órgão do governo. Segundo o ministro, somente na sexta-feira, já de volta a Brasília, quando se encontrou com o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, tomou conhecimento do teor dos mandados que haviam sido cumpridos naquele dia.

Os deputados Efraim Filho e Mendonça Filho (questionaram o fato de a Polícia Federal (PF) não ter solicitado a quebra do sigilo telefônico de Rosemary Noronha, chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo. Cardoso explicou que a decisão de não grampear Rose foi técnica. Para o ministro, a decisão de investigar alguém com fins judiciais não pode se basear em trechos de e-mails que foram “pinçados pela imprensa” de um inquérito de quase 11 mil páginas.

O superintendente regional da Polícia Federal em São Paulo, delegado Roberto Ciciliati Troncon, reafirmou a tese de não existir relação direta de Rosemary com o foco da Operação Porto Seguro. Troncon disse ainda que apesar da ex-chefe de gabinete aparecer em interceptações telefônicas, as ligações remetiam a outras condutas ilícitas e não ao objeto investigado.

(com informações do jornal da Câmara, de 5/12/2012)



SEMINÁRIO

III Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos

Tema: Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Reflexos na Economia do Brasil

Data: 22/8/2012 - às 14hs Local: Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados

Requerimento nº 311/2012, do deputado Edmar Arruda.

Participantes: Ermes Tadeu Zapelini, Presidente do Conselho Federal de Economia; Jusçanio Umbelino de Souza - presidente do Conselho Regional de Economia - 11ª Região/DF; Manuel Enriquez Garcia - presidente da Ordem dos Economistas do Brasil; Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, representando o Ministro da Fazenda; Túlio Maciel, Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, representando o Presidente do Banco Central do Brasil; Adolfo Sachsida - Professor; Fernando Ulrich - Representante do Instituto Ludwig Von Mises Brasil.



Foto: Antônio Augusto / Banco de Imagens CD

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou em 2012 o III Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos que proporcionou debate técnico acerca das políticas públicas de estímulo ao consumo adotadas recentemente e suas consequências para a economia do país. O debate foi extremamente oportuno, haja vista que o governo federal, sob a justificativa de evitar a queda do crescimento econômico e a recessão, vinha patrocinando diversos programas e medidas de estímulo ao consumo, cujos resultados têm passado ao largo da análise do Congresso Nacional.



PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA

O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, instituído pela Resolução nº 13/2003 da Câmara dos Deputados, na sua edição de 2012, foi outorgado pela Mesa da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) aos homenageados durante a Sessão Solene da Câmara dos Deputados realizada dia 13/11/2012, às 10 horas, no Plenário Ulysses Guimarães. Os homenageados foram escolhidos pelo Colegiado da CFFC em reunião realizada dia 22/08/2012.



Foto: Heleno Rezende / Ascom PSD

A Sessão Solene contou com a participação da Ministra **ELIANA CALMON ALVES**, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a qual foi homenageada com o título de oradora de honra da Sessão Solene.



Foto: Leonardo Prado /CD



Foto: Leonardo Prado / Banco de Imagens CD



Durante a solenidade foram entregues as seguintes premiações:

NA CATEGORIA GOVERNAMENTAL:

- **Título de Patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, categoria Governamental, foi conferido a MOACIR MICHELETTO, in Memoriam, ex-Deputado Federal,** pela sua atuação, como homem público de maior valor, em importantes posições, principalmente, na área de agricultura, assegurando a milhares de trabalhadores rurais condições que permitiram ao Brasil tornar-se um dos países mais dinâmicos no setor.
Autor da indicação: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR), Presidente da CFFC.



Foto: Heleno Rezende / Ascom PSD

- **Prêmio Moacir Micheletto, categoria Governamental, foi outorgado a GILBERTO KASSAB,** Prefeito da cidade de São Paulo, pela prática de transparência dos dados públicos da cidade de São Paulo.
Autor da indicação: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP), Líder do PSD.



Foto: Heleno Rezende / Ascom PSD



NA CATEGORIA SOCIEDADE CIVIL:

- **Título de Patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, categoria Sociedade Civil conferido a JONATHAS HUGO PARRA MOTA, in Memoriam, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela ação de instituir sistema de dados e informações que devem integrar o processo de planejamento das receitas públicas nas propostas orçamentárias do Estado de Rondônia, e dos municípios, regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 001/TCER-99.**

Autor da indicação: Deputado Carlos Magno. (PP/RO)



Foto: Fernando Chaves/ Ascom PSC

- **Prêmio Jonathas Hugo Parra Mota, categoria Sociedade Civil, outorgado à SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL** pela instituição do Projeto do Observatório Social de Maringá, criado com intuito de proporcionar à sociedade oportunidades que promovam a coesão social, por meio da transparência e zelo na gestão dos recursos públicos.

Autor da indicação: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR), Presidente da CFFC.



Foto: Fernando Chaves/ Ascom PSC



OUTROS EVENTOS

Em 27/03/2012 O Presidente e membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle receberam visita do Ministro José Múcio Monteiro, do Tribunal de Contas da União (TCU).



Foto: Assessoria do TCU



Foto: Assessoria do TCU

O ministro José Múcio Monteiro reuniu-se com membros da Comissão e o presidente deputado Edmar Arruda para tratar do relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo de 2011 elaboradas pelo TCU, assunto que está sob a relatoria do Ministro.

Visitas Diplomáticas de Parlamentares de outros países à Comissão.

O presidente da CFFC teve a oportunidade de divulgar o trabalho da CFFC às seguintes delegações de parlamentares que durante o ano visitaram a Comissão:

26/04/12 - Visita Parlamentares da Etiópia

12/06/12 - Visita Parlamentares Moçambique

6/05/02 - Visita Parlamentares do Quênia

24/10/12 - Visita Parlamentares do Cameroun



Delegação do Quênia Foto: Ronaldo Araújo/CFFC



Delegação do Quênia Foto: Ronaldo Araújo/CFFC



Delegação Moçambique Foto: Ronaldo Araújo

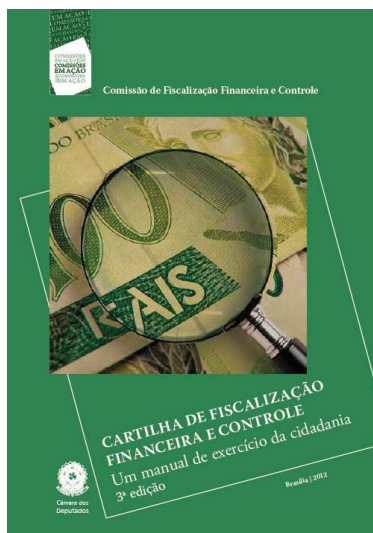


Delegação Moçambique Foto: Ronaldo Araújo



Lançamento da 3ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle.

Em 12/12/2012, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle durante a reunião da Comissão lançou a 3ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle.



Cartilha de Fiscalização



Foto; Natália Oliveira / Ascom Edmar Arruda

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle lançou dia 12/12/2012 durante a reunião da Comissão a 3ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle a qual se destina à disseminação processo fiscalizatório, fomentando a participação do cidadão nas ações públicas e esclarecendo, de forma clara e direta, os componentes desse processo.

Além de explicações sobre as competências da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o cidadão saberá também sobre os órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos públicos, e terá explicações sobre os principais tipos de irregularidades na aplicação dos recursos (sobrepço, superfaturamento, licitações dirigidas, notas de empresas fantasmas etc).

Na Cartilha, o leitor aprenderá a identificar, no Orçamento do Governo Federal, as verbas transferidas para o seu município e também sobre como a sociedade pode participar do planejamento e da fiscalização das ações do governo por meio dos conselhos de políticas públicas.

A Cartilha traz explicações sobre os principais programas do Governo Federal: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUS).



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

Em 18/12/2012, Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e a Controladoria Geral da União.



Foto: José Cruz / Agência Senado

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), deputado Edmar Arruda, representando a Câmara dos Deputados (PSC/PR); o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), representando o Senado Federal; e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, representando o Poder Executivo assinaram nesta terça-feira, dia 18/12/2012, para o intercâmbio de informações referentes aos recursos públicos alocados na Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

O presente Acordo tem objetivo de ampliar a transparência no uso de recursos públicos para Copa 2014 e Olimpíadas 2016. Câmara e Senado farão gestão compartilhada do Portal Copa Transparente, cuja entrada de dados será unificada com o Portal da Transparência, da CGU.

O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda, defendeu a transparência na administração pública, especialmente nos investimentos feitos pelos governos para os eventos esportivos. “Esta união de forças que celebramos é fundamental para a transparência e o controle da aplicação desses recursos na realização de um dos maiores eventos mundial, que será sediado pelo nosso país: a Copa de 2014”.

O deputado Edmar Arruda acrescentou que acha importante dar oportunidade para o cidadão aprender como fiscalizar e exigir que os recursos federais venham em benefício dele. “Isso é muito importante em um país que estamos buscando fazer, cada dia mais, com que os recursos públicos aplicados sejam, de fato, retornados para o cidadão em forma de benefício.”



III - TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle tem competência para apreciar Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), Representações (REP), Requerimentos (REQ) e Sugestões de Emendas às Leis Orçamentárias.

Nesta 2ª Sessão Legislativa, a Comissão deliberou sobre 18 Relatórios de Propostas de Fiscalização e Controle, 02 Relatórios Finais de Representações, 85 Requerimentos, 16 Sugestões de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 e 04 Sugestões de Emendas ao Orçamento da União de 2012.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Proposta de Fiscalização e Controle				Representação			Requerimento		
Relatório Prévio		Relatório Final	Total Relatórios apreciados	Parecer	Relatório Final	Total Relatórios Apreciadas	Aprovados	Rejeitados	Total requerimentos apreciados
Implementação	Não implementação e Arquivamento								
4	8	6	18	02	-	02	74	11	85
Sugestão de Emenda ao PLDO 2013 (PL 3/2012- CN)									
Tipo		Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas		Total			
Texto		16	-	-		16			
Sugestão de Emenda ao PLOA 2013 (PL 24/2012- CN)									
Tipo		Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas	Total				
Apropriação – Inclusão/Acréscimo		03	-	-	03				
Remanejamento		-	-	-	-				
Texto		01	-	-	01				
TOTAL		04	-	-	04				

Tipos de Requerimento Apreciados	Total
Requerimentos de Audiência Pública / Convocação de Ministro de Estado	40
Requerimento de Informação a Ministro de Estado	18
Requerimento de Informação a Entidades/Instituição	8
Requerimento de Auditoria e de Informações ao TCU	8
Requerimento de Visita Técnica e Mesa Redonda	3
Requerimento de Seminário/Fórum	1
Requerimento de Instalação/Reinstalação de Subcomissões	5
Outros	2



Ressalto que grande parte das matérias apreciadas pelo colegiado da Comissão reside na apreciação de requerimentos. Observa-se que esse tipo proposição é bastante utilizado devido sua eficácia na agilidade de pautar na Comissão discussões de temas relevantes e atuais para país. Tais proposições viabilizam o trabalho de fiscalização exercido por essa Comissão.

Também são apreciados relatórios prévios e finais de Proposta de Fiscalização e Controle, instrumentos utilizados para implementações e conclusões de fiscalização. Na implementação de fiscalização por PFC é necessário aprovação de relatório prévio com a definição de plano de execução e a metodologia de avaliação. Os resultados da fiscalização são consubstanciados em relatório final da PFC a ser submetido à apreciação da Comissão, do qual poderá constar encaminhamento ao Ministério Público e a outros órgãos para providências.

- **Propostas de Fiscalização e Controle**

A Proposta de Fiscalização e Controle é o instrumento pelo qual as Comissões realizam a fiscalização e o controle. Estão sujeitos à fiscalização e controle do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões, conforme dispõe o art. 60 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os seguintes atos ou fatos, *in verbis*:

- I – passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referida no art. 70 da CF;
- II – os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;
- III – os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador Geral da República e do Advogado Geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade; [...]



No tocante ao campo temático e áreas de atividade da Comissão, o Regimento Interno, no art. 32, inciso XI, tipifica a competência da Comissão. A PFC poderá ser apresentada à Comissão por qualquer Deputado, contendo a indicação do ato a ser fiscalizado e a fundamentação da providência objetivada, conforme dispõe o art. 61 do RICD.

Posteriormente, a Secretaria da Comissão encaminha à Secretaria Geral da Mesa a proposição para numeração. A Proposta de Fiscalização e Controle é distribuída às Comissões nos termos do despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Ao retornar à Comissão, o Presidente designa um membro para relatá-la. À luz das normas regimentais, a proposta deverá ser relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, com a definição do plano de execução da fiscalização e a metodologia de avaliação.

Aprovado o relatório prévio pela implementação da fiscalização, o mesmo relator ficará encarregado de sua execução e da apresentação do relatório final. Após aprovação do relatório final, o encaminhamento das medidas constantes do relatório será realizado observando-se, no que couber, o que dispõe o art. 37 do RICD.

- **Representações**

Conforme prevê o art. 253 do RICD, qualquer pessoa física ou jurídica pode apresentar petições, representações ou reclamações contra ato ou omissão das autoridades públicas, ou imputados a membros da Casa, que serão recebidas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa.

As denúncias devem tratar de assuntos que envolvam matéria de competência da Câmara dos Deputados e ser encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas, ou por telefone, com identificação do autor.

Ao ser recebida denúncia na Comissão, inicialmente são verificados se os requisitos foram preenchidos. Vencida essa etapa, o Presidente da Comissão encaminha a denúncia ao Presidente da Câmara dos Deputados para ser numerada como Representação e distribuída à Comissão, nos termos de despacho exarado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.



Retornando a Representação à Comissão, o Presidente designa um membro para relatar a matéria. O Relator deverá apresentar parecer, o qual será apreciado pelo Colegiado da Comissão.

- **Requerimentos**

Os requerimentos apresentados pelos Deputados dispõem sobre realização de audiências públicas, convocação para comparecimento de Ministros de Estado, solicitação de informações a Ministro de Estado, visitas técnicas e diligências, bem como sobre solicitação de informações a outros órgãos, e pedido ao Tribunal de Contas da União de informações e realização de inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

- **Requerimentos de Audiência Pública**

Os requerimentos de audiência são convites a autoridades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e da Sociedade Civil, ou a qualquer pessoa física ou jurídica que possa colaborar com a elucidação de fatos previamente determinados relacionados com o controle externo exercido pela Comissão. Nesses casos não há obrigatoriedade de comparecimento do convidado.

- **Requerimentos de Convocação de Ministro de Estado**

Os requerimentos de convocação de Ministro de Estado propõem o seu comparecimento para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Nesse caso, o Ministro é obrigado a comparecer à Comissão em data e hora definidas pelo Presidente, incorrendo em crime de responsabilidade sua ausência sem justificativa adequada, aceita pelo Colegiado da Comissão.

- **Requerimentos de Informação**

Os requerimentos de informação, conforme dispõe o art. 116 do Regimento Interno, combinado com § 2º do art. 50 da Constituição Federal, somente poderão tratar de ato ou fato na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta sob sua supervisão.

A norma Constitucional dispõe, ainda, que, com relação a Requerimento de Informações a Ministro de Estado, importa em crime de responsabilidade a recusa ou o



não-atendimento das informações no prazo de trintas dias, bem como a prestação de informações falsas.

▪ **Requerimentos de Auditoria ao Tribunal de Contas da União**

Requerimentos que solicitam ao Tribunal de Contas da União a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias, após serem aprovados pelo Colegiado da Comissão, são encaminhados àquela Corte de Contas para atendimento da solicitação.

Concluídos os trabalhos, o Tribunal de Contas envia os resultados à Comissão, que dá ciência aos seus membros e encaminha cópia ao autor da proposição para conhecimento.

• **Sugestões de Emenda aos Projetos de Leis Orçamentárias**

Na esfera federal¹, o Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA), um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do Presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada. Os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA ou se nele incluídos por autorização legal. A inobservância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA.

A LDO, conforme parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA; disporá sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

^{1 1} Fonte: <http://www.stn.fazenda.gov.br/>



A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

A proposta da LOA compreende os três tipos distintos de orçamentos da União:

a) Orçamento Fiscal; b) Orçamento de Seguridade Social; e c) Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO E LOA são elaborados pelo Poder Executivo e submetidos à apreciação do Congresso Nacional. É lícito à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a apresentação de emendas a esses projetos de lei. Os parlamentares apresentam suas sugestões de emendas ao colegiado da Comissão. Aquelas aprovadas passam a tramitar como emendas da Comissão junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.



PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PFC 100/05, do deputado Gastão Vieira, que "solicita auditoria especial do TCU – Tribunal de Contas da União, nos convênios celebrados pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da Superintendência do Maranhão, com Organizações Não Governamentais".

Aprovado, em 13/6/2012, relatório final do deputado Carlos Brandão, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 132/06, do deputado Geraldo Resende, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados realize ato de fiscalização e controle para verificar a aplicação de recursos federais nos Assentamentos Itamarati I e II no Estado do Mato Grosso do Sul".

Aprovado, em 22/8/2012, relatório final do deputado Giroto, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 37/07, do deputado Sérgio Moraes, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle nas fundações de apoio à UFSM – Fatec e Fundae".

Aprovado, em 7/11/2012, relatório final do deputado Sibá Machado, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 54/08, do deputado Dr. Pinotti, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização sobre irregularidades em obras em aeroportos brasileiros constatadas pelo TCU".

Aprovado, em 22/8/2012, relatório final do deputado Anthony Garotinho, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 82/09, do deputado Leo Alcântara e outros, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização sobre as ações previstas no Projeto de Lei nº 1, de 2009-CN, a serem executadas pela Secretaria Especial de Portos".

Aprovado, em 7/11/2012, relatório final da Deputada Aline Corrêa, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 114/10, do deputado Cleber Verde, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, promova fiscalização e auditoria junto à Caixa Econômica Federal, para apurar todos os fatos relacionados ao recebimento das sobras de ouro, prata e paládio extraídos do garimpo de Serra Pelada, no Pará".

Rejeitado, em 22/8/2012, relatório prévio do deputado Carlos Magno, pela implementação.

Aprovado, na mesma data, relatório prévio vencedor do deputado Vanderlei Siraque, pela não-implementação e pelo arquivamento da PFC.



PFC 10/11, deputado Glauber Braga, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal aos municípios da Região Serrana atingidos pela tragédia climática no mês de janeiro do corrente ano".

Aprovado, em 5/12/2012, relatório final do deputado Edson Santos, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 11/11, do deputado Carlos Brandão, que "com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os art. 60, inciso II, e art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para que, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização objetivando avaliar a regularização da gestão e execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)".

Aprovado, em 16/5/2012, relatório prévio do deputado Daniel Almeida, pelo arquivamento.

PFC 17/11, do deputado Alexandre Santos, que "propõe que a Câmara dos Deputados através da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Ministério Público Federal (MPF), adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, de modo a verificar irregularidades acerca das negociações referentes a compra do Banco Schahin S.A, pertencente ao grupo Schahin S.A, controlado pelos Srs. Salim Taufic Schahin e Milton Taufic Schahin, pelo banco BMG, mediante vultoso empréstimo do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, que tem como participantes bancos oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal".

Aprovado, em 27/6/2012, relatório prévio do deputado Carlos Magno, pela implementação.

Recebido, 28/8/2012, Aviso n. 1083-seses/TCU, em atendimento a presente PFC cópia do Acórdão 2218/12 proferido nos Autos do Processo TC 019.169/2012-4 referente a atuação do Banco Central na compra do Banco Schahin pelo Banco BMG. Enviado cópia dos documentos ao relator da proposição.

PFC 29/11, do deputado Wladimir Costa, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio da Controladoria Geral da União (CGU) e assessorada pela auditoria do TCU, ouvida a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realize ato de fiscalização e controle para verificar *in loco*, todos os atos administrativos, procedimentos licitatórios e operacionais da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe), para apurar indícios de irregularidades nos contratos de gestão, referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011".

Aprovado, em 9/5/2012, relatório prévio do deputado Fernando Francischini, pela implementação.

Em atendimento a PFC foi recebido em:

20/07/2012, Aviso n. 820-Seses-TCU, comunicando o recebimento do Ofício n. 215/2012/CFFC-P, encaminha cópia do Acórdão 1774 proferido nos autos do processo 013.137/2012-3 acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

26/10/2012, o Ofício 32007/2012/GM/CGU-PR da Controladoria Geral da União que encaminha cópia da Nota Informativa 38/DSSEG/DS/SFC/CGU/PR, de 22/10/2012 que apresenta levantamento efetuado pela área técnica da CGU à respeito de recursos federais transferidos àquela superintendência.

Enviada cópia dos documentos ao relator da proposição.



PFC 35/11, do deputado Jorge Boeira, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realizem ato de fiscalização e controle para apurar o adimplemento do contrato de concessão rodoviária, no trecho Curitiba-Florianópolis, durante o período que vai de 15 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2011".

Aprovado, em 9/5/2012, relatório prévio do deputado Fernando Francischini, pela implementação.

Recebido, em 09/07/2012, Aviso 810-Seses-TCU-Plenário do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia do Acórdão 1714/2012 proferido nos autos do Processo TC 013.260/2012-0 que apura a execução do contrato de concessão do trecho rodoviário Curitiba-Florianópolis. Enviada cópia dos documentos ao Relator da proposição.

PFC 48/11, do deputado Fernando Francischini, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realize ato de fiscalização nos contratos celebrados entre a Petrobras e empreiteiras contratadas para obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Município de Araucária – PR".

Aprovado, em 30/5/2012, relatório prévio do deputado Edson Santos, pelo arquivamento.

PFC 56/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC realize atos de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para apurar eventuais de irregularidades na gestão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)".

Aprovado, em 7/11/2012, relatório prévio do deputado Vanderlei Macris, pela implementação.

PFC 58/11, do deputado Arnaldo Jordy, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, realize atos de fiscalização junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria (SLTI/MP), para avaliar se a existência de deficiências e falhas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) possibilitam a ocorrência de fraudes na execução de convênios e repasses efetuados pela

Rejeitado, em 8/8/2012, relatório prévio do deputado Vaz de Lima, pela implementação.

Aprovado, na mesma data, relatório prévio vencedor do deputado Sibá Machado, pela não-implementação e pelo arquivamento da PFC.

PFC 59/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para investigar denúncias de adulteração de parecer técnico pela diretora de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que vetava a mudança de projeto do governo de Mato Grosso, culminando no aumento de 700 milhões em relação ao valor da obra de melhoria de transporte urbano, prevista no projeto original".

Rejeitado, em 4/7/2012, relatório prévio do deputado Edio Lopes, pela implementação.

Aprovado, na mesma data, relatório prévio vencedor do Deputado Vanderlei Siraque, pela não implementação e pelo arquivamento da PFC.



PFC 67/12, do deputado Vanderlei Macris, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização sobre o funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)".

Rejeitado, em 8/8/2012, relatório prévio do deputado Vaz de Lima, pela implementação.

Aprovado, na mesma data, parecer vencedor do deputado Edson Santos, pela não-implementação e pelo arquivamento da PFC.

PFC 91/12, do deputado Roberto Freire, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para investigar denúncia de irregularidades na compra e na gestão do Banco Votorantim realizada pelo Banco do Brasil".

Aprovado, em 12/12/2012, relatório prévio do deputado Edson Santos, pela não-implementação e arquivamento.

PFC 94/12, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize a fiscalização e controle sobre os atos de gestão praticados pela Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras".

Aprovado, em 12/12/2012, relatório prévio do deputado Sibá Machado, pela não-implementação

REPRESENTAÇÕES

REP 9/12, do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos de Goiás, que "solicita que Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados providencie diligências e abra investigação para verificar se a Administração Central e as Diretorias Regionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) estão utilizando corretamente os recursos da União para a contratação de mão-de-obra temporária".

Aprovado, em 7/11/2012, parecer com complementação de voto do deputado Vanderlei Macris, pelo acolhimento, encaminhamento ao Ministério Público do Trabalho e ao Tribunal de Contas da União para apuração, e encerramento da Representação.

REP 10/12, do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, que "apresenta denúncia contra a Superintendência Regional da Infraero em São Paulo, acerca de suposto favorecimento em Pregão Presencial para Concessão de Uso de áreas no Aeroporto Internacional de São Paulo"

Aprovado, em 21/11/2012, parecer do deputado Paulo Feijó, pelo encaminhamento ao TCU para apuração, e encerramento da representação.



REQUERIMENTOS

REQ 277/12, do deputado Nelson Bornier, que “requer a instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”.

Aprovado em 14/3/2012, com a seguinte alteração: aprovada a reinstalação da Subcomissão Permanente e Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa minha Casa Minha Vida (PMCMV);

Ato do Presidente da CFFC, em 28/03/2012, reinstalou os trabalhos da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa minha Casa minha Vida (PMCMV), nos termos dos Requerimentos: Req 132/2009 e Req 277/2012. A Subcomissão foi constituída com de 05 membros titulares e igual número de suplentes

REQ 279/12, do deputado Fernando Francischini, que “requer que sejam convidados a comparecer a esta comissão, em reunião de audiência pública, os convidados que abaixo sugere para debater irregularidades nas obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar”.

Aprovado em 21/3/2012, com alteração: transformado em pedido de informações sobre o tema à Petrobras, à Justiça Federal no Paraná e ao TCU.

Recebido respostas em atendimento ao presente requerimento: em 12/4/2012 - Diretora de Núcleo de Apoio Judiciário da Seção Judiciária do Estado do Paraná; em 2/7/2012 - Aviso n. 724-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão n. 1564/2012-TCU-Plenário, ref. TC n. 007.913/2012-5 e outros documentos solicitados no âmbito do REQ n. 279/2012. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 280/12, do deputado Filipe Pereira, que “requer reinstalação da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016”.

Aprovado em 14/3/2012.

Ato do Presidente da CFFC, em 28/03/2012, reinstalou os trabalhos da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016, nos termos dos Requerimentos: Req 127/2009, Req 261/2009 e Req 280/12. A Subcomissão foi constituída de 05 membros titulares e igual número de suplentes.

REQ 282/12, do deputado Roberto Freire, que "requer realização de audiência pública para debater as denúncias de guerra de dossiês e quebra de sigilos de dirigentes do Banco Brasil".

Rejeitado em 28/3/2012, contra o voto dos deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Mendonça Filho (DEM/PE).

REQ 283/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita sejam convidados a Sra. Graça Foster, presidente da Petrobras, e o Sr. Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, para prestar informações sobre as denúncias veiculadas pela revista "Isto é", na reportagem "Acarajés quentes no tabuleiro da 'Graciosa'", em que consta que dinheiro da Petrobras teria sido destinado a campanhas dos PT na Bahia".

Rejeitado em 28/3/2012.



REQ 284/12, do deputado Vanderlei Macris, que requer que seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Sepúlveda Pertence, presidente da Comissão de Ética Pública, para prestar esclarecimentos a respeito do funcionamento e atribuições da referida Comissão.

Aprovado em 21/3/2012.

Audiência realizada em 24/04/2 com a presença do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

REQ 285/12, do deputado Vaz de Lima, que “requer a realização de audiência pública com o ministro da Fazenda para debater a política econômica do Governo Federal e os reflexos da crise financeira internacional”.

Aprovado em 21/3/2012, com alteração: realização de audiência pública conjunta com a CFT e qualquer outra comissão da Câmara dos Deputados que aprove requerimento de igual teor.

Audiência Pública não realizada.

REQ 286/12, do deputado Fernando Francischini, que “requer que seja reinstalada a Subcomissão Especial de Acompanhamento, Fiscalização Orçamentária e Financeira dos recursos públicos federais destinados à Segurança Pública e ao Sistema Penitenciário, no Âmbito Federal, Estadual, Municipal e Distrital”.

Aprovado em 21/3/2012.

REQ 288/12, dos deputados Carlos Magno e João Magalhães, que "requer informações ao Tribunal de Contas da União, acerca das providências tomadas, no que se refere ao Processo TC-019.436/2009-3, bem como, seja investigado contratos e aditivos, assinados pela Petrobrás S.A., com o grupo Schahin, no âmbito da obra do gasoduto de Caraguatatuba".

Aprovado em 21/3/2012.

Recebidos em 14/06/2012 Aviso 644-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão 1393/2012 ref. TC 009.307/2012-5; em 25/07/2012- Aviso 885-Seses-TCU-Plenário; em 05/12/2012 - Recebido Aviso n. 1593-Seses-TCU-Plenário, encaminhando cópia do Acórdão n. 3267/2012-TCU-Plenário, ref. TC 018.814/2011-, e Aviso n. 1594-Seses-TCU-Plenário, e cópia do Acórdão n. 3268/2012-TCU-Plenário, ref. TC 028.016/2012-2. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 289/12, do deputado Fernando Francischini, que "requer que seja convidado Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, para elucidar fatos relativos aos fundamentos do Ofício nº 0182/2012/GADIP/Anvisa".

Aprovado em 21/3/2012, com alteração: transformado em pedido à Anvisa de cópia das sindicâncias realizadas com relação às empresas União Química e Saúde Import.

Recebido, em 3/05/2012, Of. 545/2012-DP-GADIP/ANVISA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em atendimento ao presente requerimento. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 290/12, do deputado Filipe Pereira, que requer criação de Subcomissão Especial para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Saúde no Brasil.

Aprovado em 21/3/2012 – esclarecendo que é de competência da Subcomissão a fiscalização de todos os recursos federais destinados à Saúde, incluídos os do Ministério da Educação repassados a hospitais universitários.



Ato do Presidente da CFFC, em 22/03/2012, cria a Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização dos Recursos Públicos Federais Destinados à Saúde no Brasil, nos termos dos Requerimentos: Req 290/2012. Subcomissão foi constituída com de 05 membros titulares e igual número de suplentes.

REQ 292/12, do deputado Vanderlei Macris – que "requer que seja convidado o Sr. ministro da Integração Nacional, para esclarecimentos acerca do estágio e das dificuldades que o Governo Federal vem encontrando para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco".

Aprovado em 11/4/2012, com alteração: transformado em convite ao ministro da Integração Nacional.

Audiência realizada em 22/05/2012 com a presença do Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra.

REQ 293/12, do deputado Filipe Pereira, que "requer a íntegra das gravações da reportagem veiculada na Rede Globo, nos dias 18 e 25 de março de 2012, no programa *Fantástico*, a respeito de irregularidades nas licitações de saúde pública".

Aprovado em 28/3/2012.

Recebido, em 17/04/2012, informações enviadas pela Globo Comunicações e Participações S/A, por meio do Ofício DIJUR 0258-2012, em atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.

REQ 294/12, do deputado Aureo, que, "em aditamento ao Requerimento 262/2011, requer a presença de consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, para acompanhamento de visita técnica conjunta da CFFC, CGU e TCU destinada a acompanhar e fiscalizar as ações que estão sendo desenvolvidas para enfrentar a grave crise do sistema público de saúde no Estado do Rio de Janeiro".

Aprovado em 28/3/2012.

Realizada, em 2/4/2012, visita técnica, na cidade do Rio de Janeiro, na Superintendência da Polícia Federal no RJ, no Instituto de Pediatria do Hospital Clementino Fraga Filho da UFRJ e no Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do RJ, tendo como participantes os Deputados Filipe Pereira e Edson Santos.

REQ 295/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita ao Sr. ministro da Aeronáutica, informações pertinentes às denúncias de superfaturamento, assim como, desvio de recursos públicos em execução de obras realizadas pela empresa Schain Engenharia S.A, no âmbito do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIARR), onde a empresa teria recebido irregularmente cerca de 44 milhões de reais".

Aprovado em 28/3/2012, com alteração: o requerimento de informação será dirigido ao ministro da Defesa.

Recebido, 23/05/2012, Ofício 5328-GM/ASPAR-MD do Ministério da Defesa em resposta ao RIC 1975/12, em que informa que Equipes técnicas do Comando da Aeronáutica estão realizando exames nas obras a fim de constatar irregularidades. Informa também que aguarda relatório conclusivo do TCU. Cópia dos documentos ao autor do requerimento.



REQ 301/12, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convocada a ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Sra. Ideli Salvatti, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de irregularidades na compra de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca, em benefício de empresa privada que arcou com os custos de parte da candidatura de Ideli ao governo catarinense em 2010".

Aprovado em 11/4/2012, em votação nominal, com 8 votos favoráveis e 7 contrários.

Audiência realizada, em 16/05/2012, com a presença da Ministra de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti.

REQ 302/12, do deputado Roberto Freire, que "requer a realização de audiência pública para debater a regulação das atividades de fiscalização financeira e controle dentro da estrutura do Estado".

Aprovado em 18/4/2012.

Audiência realizada, em 19/06/2012, com a presença dos seguintes convidados: Ruszel Cavalcante, Promotor de Justiça da Infância e Adolescência e representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Rui Ribeiro, representante do Conselho Federal de Administração e Rudinei Marques, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle.

REQ 304/12, do deputado Mendonça Filho, que "solicita ao ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre critérios de distribuição de recursos e montantes disponibilizados para municípios e rádios pela Chesf, em atividades de finalidade cultural, bem como de promoção e divulgação da sua marca".

Aprovado em 25/4/2012, com alteração: incluído no requerimento pedido das mesmas informações no âmbito da holding Eletrobrás.

Recebido, em 10/09/2012, cópia do Aviso n. 152/2012/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia, em atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.

REQ 305/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita informações ao ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, relativamente a contratos de cessão e/ou concessão de uso de áreas pertencentes ao Comando da Aeronáutica, localizadas na cidade de Nova Iguaçu/RJ".

Aprovado em 25/4/2012.

Recebido, em 25/07/2012, Ofício 79/2012/GM/SAC-PR do Ministério da Defesa em resposta ao RIC 2190/12, em atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos ao autor do requerimento.

REQ 306/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita informações ao ministro da Defesa, relativamente a contratos de cessão e/ou concessão de uso de áreas pertencentes ao Comando da Aeronáutica, localizadas na cidade de Nova Iguaçu/RJ".

Aprovado em 25/4/2012.

Recebido, 25/07/2012, Ofício 7732/2012/GM/SAC-PR do Ministério da Defesa em resposta ao RIC 2192/12, em atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.



REQ 307/12, do deputado Marcelo Matos e outros, que "requer a realização de fóruns de debates com visitas técnicas às cidades-sedes da Copa, para acompanhar os preparativos para o mundial".

Aprovado em 25/4/2012, com alteração: incluída a presença de servidor da CFFC nas visitas.

A fim de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos foram realizadas as seguintes visitas técnicas, com mesa redonda, em:

- 10/05/2012, na cidade do Rio de Janeiro, no estádio Maracanã e no Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016,

- 16/05/2012, na cidade do Rio de Janeiro, na Prefeitura e no Aeroporto Internacional do Galeão;

- 22/11/2012, visita técnica às obras do Estádio Nacional de Brasília

- 27/11/2012, cidade de Fortaleza, às obras do Aeroporto Internacional Pinto Martins, do Estádio Castelão e do Porto;

- 28/11/2012, visita técnica, na cidade de Natal, às obras da Arena das Dunas, do Porto, e reunião com representantes do Aeroporto São Gonçalo do Amarante;

- 30/11/2012, cidade de Belo Horizonte, às obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e do Estádio Mineirão;

- 03/12/2012, cidade de São Paulo, às obras do Aeroporto Internacional de Guarulhos e da Arena de Itaquera;

- 10/12/2012, cidade de Porto Alegre, às obras do Aeroporto Internacional Salgado Filho e do Estádio José Pinheiro Borda - Beira Rio;

- 11/12/2012, cidade de Curitiba, às obras do Aeroporto Internacional Afonso Pena e da Arena da Baixada;

REQ. 310/12, do deputado Fernando Francischini, que "requer seja realizada reunião de audiência pública com o Sr. Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, para discutir a possível compra da empresa Delta Engenharia pela Holding J&F, no qual o BNDES é sócio com 31% de capital público".

Aprovado em 16/5/2012, com alteração. transformado em requerimento de informação ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre interferência do Governo e/ou participação do BNDES com recursos públicos na aquisição da empresa Delta Engenharia.

Recebido, em 25/07/2012, Ofício 76/GM-MDIC do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao RIC 2236/12, em atendimento ao presente requerimento. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 311/12, do deputado Edmar Arruda, que "requer a realização de seminário no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, para debater a eficácia das políticas públicas voltadas para o estímulo ao consumo e suas possíveis consequências para a economia do País".

Aprovado em 23/5/2012. 22/08/2012

Realizado, em 22/08/2012, o Seminário com a presença dos seguintes convidados: - Ermes Tadeu Zapelini, Presidente do Conselho Federal de Economia; - Juscelino Umbelino de Souza - presidente do Conselho Regional de Economia - 11ª Região/DF;- Manuel Enriquez Garcia - presidente da Ordem dos Economistas do Brasil;- Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, representando o Ministro da Fazenda; Adolfo Sachsida - Professor e Fernando Ulrich - representante do Instituto Ludwig Von Mises Brasil. Túlio Maciel, Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, representando o Presidente do Banco Central do Brasil; Adolfo Sachsida - Professor; Fernando Ulrich - Representante do Instituto Ludwig Von Mises Brasil.



REQ 312/12, do deputado Rubens Bueno, que "requer a realização de audiência pública para debater a compra da empreiteira Delta pela holding J&F".

Aprovado em 16/5/20112, com alteração: transformado em requerimento de informação ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre interferência do Governo e/ou participação do BNDES com recursos públicos na aquisição da empresa Delta Engenharia.

Recebido, em 24/07/2012, Ofício 1ªSec/RI/I/nº2124/12 em que encaminha o Ofício 76/GM-MDIC do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comercio Exterior em resposta ao RIC 2236/12, em que atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos ao autor do requerimento.

REQ 313/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita sejam convidados o Presidente do BNDES, os representantes e ex-representantes da empresa Delta Construções S/A e representante da holding J&F, controladora do Frigorífico JBS-Friboi, para esclarecerem o negócio jurídico realizado entre essas duas empresas".

Aprovado 16/5/20112, com alteração. transformado em requerimento de informação ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre interferência do Governo e/ou participação do BNDES com recursos públicos na aquisição da empresa Delta Engenharia.

Recebido, em 24/07/2012, Ofício 76/GM-MDIC do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior em resposta ao RIC 2236/12, em atendimento ao presente requerimento. Cópia dos documentos ao autor do requerimento.

REQ 314/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita informações ao Sr. ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativamente ao cadastro do Programa Bolsa Família".

Aprovado em 16/52012.

Recebido Ofício 1ªSec/RI/I/nº 2283/12, que encaminha o Ofício n. 206/2012/GM/MDS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao RIC n. 2235/2012, em atendimento ao presente requerimento. O autor do requerimento foi notificado de que a vista à documentação recebida, será concedida na Comissão por tratar de documentos sigilosos.

REQ 315/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita informações ao Sr. ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, relativamente à privatização do Aeroporto da cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro".

Aprovado em 16/5/2012.

Recebido, em 24/07/2012, em atendimento ao presente requerimento, Ofício 73/2012/GM/SAC-PR da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República em resposta ao RIC 2234/12, em que informa não haver, no presente momento, estudos por parte da União tendentes a concessão da infraestrutura aeroportuária na cidade de Nova Iguaçu. Cópia dos Documentos ao autor do requerimento.

REQ 316/12, do deputado Edmar Arruda, que "requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia móvel no Brasil".

Aprovado em 30/5/2012.

Ato do Presidente da CFFC, em 27/06/2012, de constituição da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização Operacional dos Serviços de Telefonia Móvel no Brasil, nos termos do Requerimento Req 316/2012. A Subcomissão foi constituída com membros titulares e igual número de suplentes.



REQ 318/12, do deputado Rodrigo Maia, que "requer ao Tribunal de Contas da União para que proceda acompanhamento de transação imobiliária entre a Petrobras e o Estado do Rio de Janeiro".

Rejeitado em 13/6/2012.

REQ 319/12, do deputado Marcelo Matos, que "requer ao Tribunal de Contas da União (TCU), informações acerca de avaliações ou inspeções recentes realizadas pelo TCU nos contratos de manutenção preventiva e corretiva dos terminais de passageiros do Aeroporto Galeão/RJ".

Aprovado em 13/6/2012. 02/07/2012

Recebido, em 17/09/2012 Aviso n. 1175-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão n. 2448/2012, ref. TC 018.715/2012-5, em atendimento ao presente requerimento. Cópias dos documentos ao autor do requerimento.

REQ 320/12, do deputado Marcelo Matos, que "requer à Infraero/Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Antônio Carlos Jobim (Galeão), informações sobre a concessão de serviços".

Aprovado em 13/6/2012. 05/07/2012

Recebido, em 5/7/2012, em atendimento presente requerimento, Ofício 18894/DC/2012 da INFRAERO, informando através de quadro demonstrativo os valores mínimos mensais pagos à Infraero. Cópia dos documentos ao autor do requerimento.

REQ 321/12, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida, que "requer a realização de mesa-redonda com visita técnica nas obras do PAC que especifica".

Aprovado em 13/6/2012.

Foram realizadas as seguintes visitas técnicas, em:

14/6/2012, às obras do Canal do Sertão, no Estado de Alagoas.

12/7/2012, às obras do sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água em Porto Velho e da BR-429, no Estado de Rondônia.

13/7/2012, às obras da Hidrelétrica de Jirau, no Estado de Rondônia.

REQ 325/12, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Sr. Josafá Piauhy Marreiro, Superintendente da Fundação da Saúde – Funasa em Rondônia, informações sobre as obras constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Funasa, no Estado".

Aprovado em 27/6/2012.

Recebido, 20/07/2012, em atendimento o presente requerimento, Ofício 198/Presi/Funasa da Fundação Nacional de Saúde em resposta ao Ofício 322/2012/CFFC-P desta Comissão, em que informa, por meio de planilha, os controles de liberação de recursos públicos. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.



REQ 328/12, do deputado Nilton Capixaba, que "requer a realização de audiência pública com a presença do presidente da Eletrobras e do diretor-geral da Aneel, para prestarem esclarecimentos sobre as cobranças de valores abusivos nas faturas de energia elétrica dos consumidores do Estado de Rondônia".

Aprovado em 27/6/2012, com alteração: a audiência pública será realizada com representantes da Eletrobrás responsáveis pelas empresas federalizadas e pelo Estado de Rondônia, do Ministério de Minas e Energia e da Aneel.

Audiência pública não realizada.

REQ 329/12, do Deputado Edio Lopes, que "solicita que sejam convidados representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA), para prestar esclarecimentos a cerca da regularização fundiária através do Programa Terra Legal em áreas urbanas situadas próximas a rodovias federais em Roraima".

Aprovado em 27/6/2012.

Audiência pública não realizada.

REQ 330/12, dos deputados Alexandre Santos e Edio Lopes, que "requer que seja convidada a Sra. Maria das Graças Foster, presidente da Petrobras, para que, em audiência pública, preste esclarecimentos sobre a queda das ações da Petrobras, suas consequências, também sobre o Plano de Negócios, e explicações sobre o adiamento do início da operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em construção em Itaboraí, no Rio de Janeiro, e das duas refinarias Premium previstas para serem construídas no Maranhão e no Ceará"

Aprovado em 4/7/2012, com alteração: retirou-se do texto do requerimento a referência à queda das ações da Petrobras e suas consequências.

Audiência Pública, realizada 29/09/2012, em conjunto com a CME, com a presença da Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster.

REQ 331/12, dos deputados Devanir Ribeiro e Carlos Zarattini, que "requer a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União na obra do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas, no Estado de São Paulo".

Aprovado em 4/7/2012.

Recebido, em 14/12/2012, Aviso n. 1697-Seses-TCU-Plenário com cópia do Acórdão n. 3455/2012, ref. TC 019.619/2012-0 sobre fiscalização na obra do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas, no Estado de São Paulo. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.

REQ 332/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita sejam convidados para audiência pública o Sr. Jorge Hage, ministro de Estado chefe da Controladoria-Geral da União, o Sr. Jurandir Vieira Santiago, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A e o atual presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A".

Aprovado em 8/8/2012, com alteração: transformado em requerimento para se criar uma rotina de realização de reuniões mensais entre a CFFC e a CGU com objetivo de manter a comissão informada acerca das fiscalizações efetuadas pela CGU.



REQ 333/12, do deputado João Magalhães, que "requer informações ao ministro de Estado da Defesa, pertinentes às operações de compra, venda e arrendamento, nas quais a empresa CFLY Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. e/ou Décio Yoshimoto, figurem como intermediários".

Aprovado em 8/8/2012.

Recebido, em 22/11/2012, em atendimento ao presente requerimento, Ofício 12442-GM/Aspar-MD, do Ministério de Estado da Defesa, em resposta ao requerimento de informação nº 2440/2012. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 334/12, do deputado João Magalhães, que "requer informações ao ministro de Estado da Fazenda, pertinentes às operações de compra, venda e arrendamento, nas quais a empresa CFLY Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. e/ou Décio Yoshimoto, figurem como intermediários".

Aprovado em 8/8/2012.

Recebido, em 27/11/2012, em atendimento ao presente requerimento Aviso nº 443/MF, do Ministério da Fazenda, em resposta ao requerimento de informação nº 2441/2012. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 335/12, do deputado Carlos Magno, que "requer informações sobre a destinação de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 para a The Nature Conservancy - TNC".

Aprovado em 8/8/2012.

Primeira Secretaria da CD, em 11/10/2012, remeteu o RIC-2442/2012, oriundo do presente requerimento, por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 2577/2012, à Ministra do Meio Ambiente

Aguarda-se resposta do Ministério do Meio Ambiente

REQ 336/12, do deputado Carlos Magno, que "requer informações sobre projeto aprovado pelo Fundo Amazônia em favor da The Nature Conservancy - TNC".

Aprovado em 8/8/2012. 01/11/2012

Recebido, em 1/11/2012, em atendimento ao presente requerimento, Ofício 110/GM-MDIC do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em resposta ao RIC 2444/12. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 337/12, do deputado Carlos Magno, que "solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre os projetos aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente".

Aprovado em 8/8/2012.

Primeira Secretaria da CD, em 11/10/2012, remeteu RIC-2443/2012, oriundo do presente requerimento, por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 2577/2012, à Ministra do Meio Ambiente. Aguarda-se resposta do Ministério do Meio Ambiente.



REQ 338/12, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Sr. José Eduardo Saboia Castello Branco, diretor-presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, informações quanto as providências adotadas após a visita técnica, realizada no ano de 2011, na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia".

Aprovado em 8/8/2012. 09/08/2012

O presidente da CFFC, em 9/8/2012, enviou Of. 353/12/CFFC-P, ao Diretor-Presidente da VALEC, solicitando informações quanto às providências adotadas posteriores à visita técnica realizada pela Subcomissão do PAC às obras na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no estado da Bahia. Aguardam-se as informações da VALEC.

REQ 339/12, do deputado Eduardo Cunha, que "solicita realização de audiência pública para debate sobre fim do exame da Ordem dos Advogados do Brasil".

Aprovado em 8/8/2012, com alteração: a audiência pública será feita em 2 etapas: a 1ª com o secretário de ensino superior e, caso ainda reste necessidade de esclarecimentos adicionais, uma segunda etapa com o ministro da educação.

Audiência Pública, em 31/10/2012, realizada com a presença do Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins.

REQ 340/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, ministro de Estado chefe da Secretaria de Aviação Civil, para prestar esclarecimentos acerca estado de abandono em que se encontram, desde 2010, aeronaves de propriedade da Anac"

Aprovado em 8/8/2012, com alteração: transformado em convite ao presidente da Anac para, em audiência pública, prestar esclarecimentos acerca das providências adotadas quanto ao uso, à guarda e à manutenção de aeronaves.

Audiência pública não realizada.

REQ 343/12, do deputado Eduardo Cunha, que "requer a realização de audiência pública para discutir a qualidade do sinal de telefonia móvel no país".

Aprovado em 8/8/2012.

Audiência realizada, em 05/09/2012, com a presença do presidente da ANATEL, João Batista Rezende.

REQ 344/12, deputados Carlos Magno e João Magalhães, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU, inspeção junto a empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, nos contratos e aditivos, assinados com o grupo Schahin, no âmbito da obra do gasoduto de Caraguatatuba".

Aprovado em 8/8/2012, com alteração: a inspeção apenas deve ser instaurada caso já não tenha sido feita.

Recebido em atendimento ao presente requerimento em 05/12/2012 Aviso n. 1593-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão n. 3267/2012-TCU-Plenário, ref. TC 018.814/2011-5; e Aviso n. 1594-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão n. 3268/2012-TCU-Plenário, ref. processo TC 028.016/2012-2. Cópia dos documentos enviados aos autores dos documentos.



REQ. 345/12, do deputado Sibá Machado, que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a exigência da Ordem dos Advogados do Brasil, da aprovação de bacharéis em Direito no Exame de Ordem como condição para o exercício da advocacia no País".

Aprovado em 22/8/2012

Audiência Pública realizada, em 28/11/2012, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - Assessor Jurídico do Conselho Federal da OAB representando o Presidente da OAB; Daniel Lliescu - Presidente da União Nacional dos Estudantes -UNE; Gisa Almeida Moura - Presidente da Associação Bacharéis em Ação; Rubens Teixeira - Professor da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB - FAECAD; Celso Orlando Galli (Willyan Jhones) - Presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil - OBB

REQ 346/12, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Sr. Donizetti Aparecido Tambani, superintendente da Polícia Federal no Estado de Rondônia, cópias dos processos em que foram efetivadas a busca e a apreensão dentro do DNIT de Ji-Paraná, na operação "Anjos do Asfalto", desencadeada em 25 de novembro de 2011, em Rondônia e no Acre".

Aprovado em 22/8/2012. 20/11/2012

Recebido, em 20/11/2012, Ofício nº 1084/2012/DPF/JPN/RO da Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná em resposta ao Ofício 373/2012/CFFC-P desta Comissão em que encaminham em mídia digital cópias dos Processos 50622.000971/2011-71, 50622.000961/2011-36, 50622.000946/2011-36, e 50622.000840/2008-99. Cópia dos documentos enviados ao autor do requerimento.

REQ 347/12, do deputado Vaz de Lima, que "requer ao Tribunal de Contas da União cópia dos autos do processo TC 035.009/2011-0".

Aprovado em 22/8/2012. 10/10/2012

Recebido, em 10/10/2012, em resposta ao presente requerimento, Aviso n. 1275-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão n. 2673/2012, ref. TC 030.878/2012-8 e mídia com os autos do processo TC 035.009/2011-0, que trata de possíveis irregularidades na contratação das empresas DNA Soluções Inteligentes Ltda. e Monal Informática Ltda. Cópias dos documentos enviados ao autor do requerimento.

REQ 348/12, do deputado Hugo Motta, que "requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, pertinentes aos contratos de parceria da Petrobras Bio Combustível com a Açúcar Guarani S.A. do Grupo Tereos".

Aprovado em 22/8/2012. 19/12/2012

Recebido, em 19/12/2012, em atendimento ao presente requerimento, o Ofício 1ª Sec/RI//nº 2805/12, da Primeira-Secretaria desta Casa, que informa sobre o caráter reservado de informações enviadas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do Aviso nº 220/2012-GM-MME, em resposta ao RIC nº 2459/2012. Foi notificado ao autor do requerimento que a documentação se encontra à disposição para vista na Comissão.

REQ 350/12, do deputado Edmar Arruda, que "requer seja convidado representante do TCU para que apresente seus trabalhos importantes na área de Tecnologia da Informação".

Aprovado em 17/10/2012. 21/11/2012

Audiência Pública realizada, em 21/11/2012, com a presença do Sr. Cláudio Souza Castello Branco - Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU.



REQ 351/12, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle inclua o nome do Sr. Celso Orlando Galli (Willyan Jhones), presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil (OBB), para participar da audiência pública da qual trata o requerimento do Deputado Federal Sibá Machado de nº 345/2012, aprovado no dia 22 de agosto do corrente, a fim de realizar um debate que possa contribuir para um melhor esclarecimento à questão".

Aprovado em 17/10/2012.

Audiência Pública realizada, em 28/11/2012, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - Assessor Jurídico do Conselho Federal da OAB representando o Presidente da OAB; Daniel Lliescu - Presidente da União Nacional dos Estudantes -UNE; Gisa Almeida Moura - Presidente da Associação Bacharéis em Ação; Rubens Teixeira - Professor da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB - FAECAD; Celso Orlando Galli (Willyan Jhones) - Presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil - OBB.

REQ 352/12, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Sr. Jorge Hereda – presidente da Caixa Econômica Federal, encaminhar cópias dos contratos de locação do imóvel Setor Rodoviário onde funcionava a antiga agência e do Setor Central onde funciona o atual endereço da Caixa Econômica Federal na cidade de Ouro Preto Do Oeste/RO".

Aprovado em 17/10/2012. 30/01/2013

Recebido, em 30/1/2013, em atendimento ao presente requerimento, Ofício 023/2013/GEREP da Caixa Econômica Federal, em resposta ao Ofício 441/2012 desta Comissão, em que encaminham cópias dos contratos de aluguel e comodato de imóveis localizados nos Setores Central e Rodoviário, na cidade de Preto do Oeste-RO, bem como apresentam as razões que motivaram a mudança de endereço. Cópias dos documentos enviadas ao autor do requerimento.

REQ 354/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita sejam convidados os Srs. Nelson Hubner, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre os recorrentes apagões no sistema de fornecimento de energia elétrica do país".

Aprovado em 7/11/2012, com alteração: a audiência pública será a mesma que também atenderá o Req 357/12, para a qual serão convidados os diretores-gerais da Aneel e do ONS, e os presidentes da eletrobras, da chesf e de furnas.

Audiência pública não realizada.

REQ 355/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre os recorrentes apagões no sistema de fornecimento de energia elétrica do país"

Aprovado em 7/11/2012, com alteração: transformado em convite ao ministro interino e secretário-executivo Márcio Pereira Zimmermann para audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia.

Audiência Pública realizada, em 28/11/2012, em conjunta com a CME, CDEIC e CDC, realizada com a presença do Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Ministro Interino de Minas e Energia.



REQ 357/12, do deputado Mendonça Filho, que "solicita realização de audiência pública para ouvir os Srs. Márcio Pereira Zimmermann – secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Nelson José Hübner Moreira – diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hermes Chipp – diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e José da Costa Carvalho Neto – presidente da Eletrobras, a fim de debaterem sobre as falhas recorrentes no sistema de distribuição de energia elétrica, que têm ocasionado uma série de blecautes em diversas regiões do país".

Aprovado em 7/11/2012, com alteração: a audiência pública será a mesma que também atenderá o Req 354/12, para a qual serão convidados os diretores-gerais da Aneel e do ONS, e os presidentes da Eletrobras, da Chesf e de Furnas.

Audiência pública não realizada.

REQ 358/12, do deputado Edmar Arruda, que "requer autorização para despesas relativas à sessão solene de outorga do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública".

Aprovado em 21/11/2012.

REQ 359/12, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o ministro do Esporte, José Aldo Rebelo Figueiredo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de irregularidades no Programa Segundo Tempo".

Aprovado em 5/12/2012, com alteração: transformado em convite ao ministro do Esporte.

Audiência pública não realizada.

REQ 361/12, dos deputados Nelson Bornier e João Magalhães, que "requer que se determine a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apurar as irregularidades constantes do Relatório de Fiscalização/CGU nº 01238, concernentes a ações do Governo no município de Vargem Grande do Sul-SP".

Aprovado em 21/11/2012 07/12/2012

Recebido, em 07/12/2012, em atendimento ao presente requerimento, Aviso 1349-GP/TCU, que registra o recebimento do ofício nº 511/2012/CFFC-P e informa que a auditoria para apurar irregularidades constantes do Relatório de Fiscalização/CGU nº 01238, foi autuado como processo nº TC-045.674/2012-4 e remetido a Secretaria-Geral de Controle Externo para adoção das providências pertinentes. Cópias dos documentos enviadas aos autores do requerimento.

REQ 362/12, do deputado Nelson Bornier, que "solicita informações ao ministro da Fazenda, para que solicite ao BNDESPAR, cópia na íntegra da escritura referente a Segunda Emissão de debêntures conversíveis em ações da empresa Marfrig Alimentos S/A, com sede na capital do Estado de São Paulo, inscrição no CNPJ sob o nº 03.853.896/0001-40".

Aprovado em 28/11/2012, com alteração: o requerimento de informação será dirigido ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em vez de ao ministro da Fazenda.

Recebido, em 21/01/2013, em atendimento ao presente requerimento, Ofício n. 04/GM-MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento de Informação n. 2697/2012.



REQ 363/12, do deputado Edio Lopes, que "solicita que seja convidado o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Sr. Ivo Borges de Lima, para prestar esclarecimentos sobre a concessão do transporte interestadual de passageiros entre Boa Vista, no Estado de Roraima e Manaus, no Estado do Amazonas".

Aprovado em 21/11/2012.

Audiência pública não realizada.

REQ 364/12, da deputada Aline Corrêa, que "requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Finanças e Tributação – CFT, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, Comissão de Educação e Cultura – CEC, e Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, destinada a debater sobre a Certificação das Entidades Filantrópicas na área de Assistência Social".

Aprovado em 21/11/2012. 29/11/2012

Audiência Pública, realizada em 29/11/2012, em conjunta com a CSSF, CEC e CDHM, com a presença dos seguintes convidados: Alessandra Lopes Gadioli, Diretora Substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Paulo Hadich, Vereador da Câmara Municipal de Limeira/SP e Presidente da Federação Brasileira de Associações Socio educacionais de Adolescentes - FEBRAEDA; Carlos Eduardo Ferrari, Vice-Presidente da Federação Nacional das AVAPES - FENAVAPE e ex-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; Wagner Nogueira Da Silva, Membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e Membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assistência Social - SUAS/MDS; José Eduardo Sabo Paes, Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT; José Miranda De Oliveira Filho, Representante da Rede Nacional de Ação Social; Edna Alegro, ex-Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil.

REQ 365/12, do deputado Ronaldo Caiado, quer "requer seja convocada a Exma. ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sra. Helena Chagas, para prestar esclarecimentos a respeito das recentes denúncias de gastos da Presidência da República com publicidade oficial em jornais que não existem".

Rejeitado em 21/11/2012.

REQ 366/12, do Sr. Edmar Arruda, que solicita "estabelecer parceria de cooperação técnica de intercâmbio de informações sobre o Controle de Recursos Federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016".

Aprovado em 21/11/2012.

Realizada em 18/12/2012, Solenidade na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal em que ocorreu a Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e a Controladoria Geral da União.

REQ 367/2012 – do deputado Fernando Francischini, que "Requer informações ao Ministro de Estado da Educação dos repasses feitos via PNAE/FNDE aos municípios que especifica.

Aprovado em 05/12/2012.

A Primeira-Secretaria em 01/02/2013, recebeu Ofício nº 21/2013-GM/MEC do Ministério da Educação, em resposta ao Requerimento 2712/2012, oriundo do requerimento 367/2012. Aguarda-se o envio da documentação à Comissão.



REQ 368/12, do deputado Nelson Bornier, que "requer sejam convidados o Sr. Luciano Coutinho (presidente do BNDES), o Sr. Marcos Molina (diretor da empresa Marfrig Alimentos S/A), representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, representante do Tribunal de Contas da União e representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos sobre matéria jornalística publicada pelo jornal *O Globo*, de 22 de novembro de 2012, onde anuncia que o BNDES deixará de ganhar 1,2 bilhões de reais para poder ajudar a empresa Marfrig Alimentos S/A".

Aprovado em 5/12/2012, com alteração: a audiência pública será realizada em conjunto com a CTASP e a CAPADR.

Audiência pública não realizada.

REQ 371/12, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requer que seja convidada Sra. Rosemary Nóvoa de Noronha, ex-chefe de Gabinete Regional da Presidência da República em São Paulo, para comparecer nesta Comissão com vista a prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12".

Rejeitado em 5/12/2012.

REQ 372/12, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requer que seja convidado Sr. José Weber Holanda Alves para comparecer nesta Comissão com vista a prestar esclarecimentos sobre denúncias da Operação Porto Seguro deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12".

Rejeitado em 5/12/2012.

REQ 373/12, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requer que seja convidado Sr. Rubens Carlos Vieira, diretor de Infraestrutura Aeroportuária da Anac, para comparecer nesta Comissão a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12".

Rejeitado em 5/12/2012.

REQ 374/12, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requer que seja convidado Sr. Paulo Rodrigues Vieira, Diretor de Hidrologia afastado da Agência Nacional de Águas (ANA), para comparecer nesta Comissão com vista a prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12".

Rejeitado em 5/12/2012.

REQ 375/12, do deputado Edson Santos, que "requer a realização de audiência pública conjunta com Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado com a presença do ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para discutir a crise da segurança pública no Estado de São Paulo e prestar esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim da Polícia Federal"

Aprovado em 28/11/2012, em conjunto com o Req 376/12, na forma de convite ao ministro da Justiça para audiência pública conjunta com a CSPCCO. 4/12/2012

Audiência Pública, realizada em 4/12/2012, em conjunta com a CSPCCO com a presença de José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.



REQ 376/12, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação do ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro".

Aprovado em 28/11/2012, em conjunto com o Req 375/12, na forma de convite ao ministro da Justiça para audiência pública conjunta com a CSPCCO.

Audiência Pública, realizada em 4/12/2012, em conjunta com a CSPCCO com a presença de Jose Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.

REQ 377/12, do deputado Mendonça Filho, que "convida o Sr. Cyonil da Cunha Borges de Faria Jr para prestar depoimento nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle".

Rejeitado em 5/12/2012.

REQ 380/12, do deputado Carlos Brandão, que "requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de obter esclarecimentos acerca da fixação de preços no transporte aéreo de passageiros".

Aprovado em 12/12/2012.

REQ 381/12, do deputado Onyx Lorenzoni, que "solicita a convocação do ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR, Wagner Bittencourt de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à fusão entre a Gol Linhas Aéreas e Webjet, Linhas Aéreas Brasileiras e seus reflexos no setor aeronáutico".

Rejeitado em 12/12/2012.

REQ 382/12, do deputado Onyx Lorenzoni, que "requer o convite do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à fusão entre a empresa Gol Linhas Aéreas e Webjet, Linhas Aéreas Brasileiras e seus reflexos no setor aeronáutico".

Rejeitado em 12/12/2012

REQ 383/12, do deputado Onyx Lorenzoni, que "requer seja convidado o presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Vinícius Marques de Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à fusão entre a Gol Linhas Aéreas e Webjet, Linhas Aéreas Brasileiras, seus reflexos no mercado de transporte aeroviário e atuação no caso do órgão que preside".

Aprovado com alteração. a audiência tratará da fusão da Gol e Webjet e demais fusões de empresas.

Audiência pública não realizada.

REQ 385/12, do deputado João Magalhães, que "requer que o ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, solicite informações à presidenta da Petrobrás, Sra. Maria das Graças Foster, pertinentes à assinatura pelo Consórcio TUPI-BV, formado pela Petrobrás, BG Group e Petrogal de carta de intenção com a Schahin Petróleo e a Modec, para construção de FPSO".

Aprovado em 12/12/2012.

Recebido, em 31/01/2013, Aviso 21/2013/GM-MME do Ministério de Minas e Energia, que encaminha o expediente GAPRE-21/2013 acompanhado do Documento Interno do Sistema Petrobrás - DIP Jurídico/JAE/ AOC 8/2013, apresentando informações acerca do solicitado. Cópia enviada ao autor.



REQ 386/12, dos deputados Nelson Bornier e João Magalhães, que "requer que se determine a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apurar possíveis irregularidades constantes de Convênios firmados entre a União e o município de Vargem Grande do Sul-SP".

Aprovado em 12/12/2012.

Recebido, em 19/12/2012, Aviso n. 1374-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, que informa que Ofício n. 565/2012/CFFC-P, que encaminha este Requerimento foi autuado como processo TC 046.422/2012-9. Cópia enviada aos autores.

REQ 387/12, dos deputados Giroto e Wellington Roberto, que "requer que seja convocado o presidente da Caixa Econômica Federal e convidado o presidente do Grupo JBS, assim como representante do Tribunal de Contas da União e representante do Ministério Público, para prestar esclarecimentos referente a matéria publicada no jornal "Valor", em 03/12/2012, que trata da captação de recursos, por meio da emissão de debêntures".

Aprovado em 5/12/2012, com alteração: a convocação do presidente da Caixa Econômica Federal foi transformada em convite.

Audiência Pública não realizada.

REQ 391/12 do deputado Rodrigo Maia, que "solicita sejam convidados o Sr. Jorge Hereda, presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Quênio Cerqueira de França, secretário executivo do Conselho Curador do FGTS e a Sra. Carmem Campos Pereira, diretora-presidente do grupo Rede Energia, para prestarem esclarecimentos sobre as relações financeiras entre a Caixa Econômica Federal e o grupo Rede Energia, incluindo suas subsidiárias".

Aprovado em 12/12/2012, com alteração: será convidado o vice-presidente de Ativos de Terceiros, Sr. Marcos Vasconcelos, no lugar do presidente da CEF.

Audiência Pública não realizada.

REQ 392/12, do deputado Ronaldo Caiado, que "convida o ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, para prestar esclarecimentos sobre o resultado do exame obrigatório do Cremesp para os formandos de Medicina".

Aprovado em 12/12/2012, com alteração: será convidado o secretário de Regulação e Supervisão de Educação Superior, Sr. Jorge Messias, no lugar do ministro da Educação.

Audiência Pública não realizada.

REQ 393/12, do deputado Ronaldo Caiado, que "convida o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Sr. Renato Azevedo Júnior, para prestar esclarecimentos e informações sobre o exame obrigatório do Cremesp para os formandos de Medicina".

Aprovado em 12/12/2012.

Audiência Pública não realizada.



SUGESTÕES DE EMENDAS À LDO E LOA

SUGESTÕES DE EMENDAS APROVADAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013 (PL Nº 3/12-CN)

SLD 1, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas”.

SLD 2, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “acrescenta artigo sobre gestão fiscal: envio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF ao Congresso Nacional e ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre”.

SLD 3, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “acrescenta parágrafo ao art. 4º – criação de anexo específico na LOA para ações do PAC e Plano Brasil Sem Miséria”.

SLD 4, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “acrescenta parágrafo ao art. 90 – objetivos, metas e indicadores para concessão de benefício de natureza tributária”.

SLD 5, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “altera o art. 101 – custo global das obras – exclui a expressão ‘de referência’ do *caput*”.

SLD 6, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “dispõe que cada agência reguladora deverá corresponder a um órgão orçamentário (autonomia orçamentária)”.

SLD 7do deputado Edmar Arruda, , ao texto da lei, que “dispõe sobre acesso público às informações do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN”.

SLD 8, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “dispõe sobre cadastro informatizado unificado de todas as obras e serviços de engenharia custeados com recursos dos orçamentos de que trata o artigo 165, § 5º, da Constituição Federal”.

SLD 9do, deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “dispõe sobre divulgação de tabelas de receitas e despesas da Seguridade Social”.

SLD 10, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “dispõe sobre registro de compras de medicamentos e produtos para a saúde no Banco de Preços em Saúde (BPS) do Ministério da Saúde”.

SLD 11, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “modifica a alínea f do inc. VII do Anexo III – para divulgar também os órgãos gestores e os bancos operadores dos subsídios ou benefícios financeiros e creditícios concedidos pela União”.

SLD 12, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “modifica a redação do art. 4º – substitui o termo “programa” por “plano” Brasil Sem Miséria, uniformizando a terminologia”.

SLD 13, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “modifica Anexo III – inciso VIII alínea b – para considerar separadamente efeitos das desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”.

SLD 14, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “modifica o art. 6º, § 3º – para que os serviços sociais autônomos passem a divulgar as respectivas propostas orçamentárias anualmente e, mensalmente, dados e informações atualizados”.

SLD 15, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “modifica o art. 87, inciso VI – inclui nas prioridades para as agências financeiras oficiais de fomento, a observância às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional”.

SLD 16, do deputado Edmar Arruda, ao texto da lei, que “suprime o § 9º do art. 101 – obras realizadas com transferências voluntárias”.



SUGESTÕES DE EMENDAS APROVADAS AO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO DE 2013 (PL 24/12-CN)

SOR 1, do deputado Edmar Arruda, de apropriação/ inclusão: “TCU – aquisição de terreno para ampliação da Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia, valor: R\$ 20.000.000,00.

SOR 2, do deputado Edmar Arruda, de apropriação/acrécimo: “TCU – construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle em Brasília, valor: R\$ 25.000.000,00.

SOR 3, do deputado Edmar Arruda, de apropriação/acrécimo: “TCU – provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações – pessoal ativo, valor: R\$ 43.494.180,00.

SOR 4, do deputado Edmar Arruda, modificativa ao texto da lei: referência: inciso II, alínea 1, item 1”.



IV - SUBCOMISSÕES

As Comissões Permanentes podem constituir, sem poder decisório, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, Subcomissões Permanentes e Subcomissões Especiais. No âmbito da Comissão Permanente, podem funcionar simultaneamente até três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais.

A composição numérica da Subcomissão é fixada pelo Plenário da Comissão, respeitado o princípio de representação proporcional. A matéria apreciada em Subcomissão será objeto de relatório, sujeito a deliberação do Plenário da respectiva Comissão.

Nesta Sessão Legislativa a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle instalou trabalhos de 02 Subcomissões Permanentes e de 02 Subcomissão Especial, sendo as seguintes subcomissões:

- **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PAC E DO PMCMV**

Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Presidente: WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)

Vice-Presidente: Vago

Relator: CARLOS MAGNO (PP-RO)

- **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016**

Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Presidente: MARCELO MATOS (PDT-RJ)

Vice-Presidente: EDSON SANTOS (PT-RJ)

Relator: FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)

- **SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA SAÚDE**

Subcomissão Especial para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Saúde no Brasil

Presidente: Deputado FILIPE PEREIRA (PSC/RJ)

Vice-Presidente: Vago

Relator: DEPUTADO AUREO (PRTB/RJ)

- **SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE TELEFONIA MÓVEL**

Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização Operacional dos Serviços de Telefonia Móvel No Brasil

Presidente: EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)

Vice-Presidente: CARLOS MAGNO (PP/RO)

Relator: EDMAR ARRUDA (PSC/PR)



SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PAC E DO PMCMV

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criada em 25/03/2009, por meio do Requerimento n. 132/2009, de autoria do Deputado Duarte Nogueira.

A Subcomissão Permanente do PAC e do PMCMV foi reinstalada em 2010, 2011 e 2012. Por Ato do Presidente da Comissão, em 28/03/12 foi reinstalada a Subcomissão Permanente do PAC e do PMCMV, com 5 membros titulares e igual número de suplentes. Para o cargo de Presidente da Subcomissão foi eleito o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) e designado o Deputado Carlos Magno (PP/RO) como relator.

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO

Presidente: WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)

Vice-Presidente: vago

Relator: CARLOS MAGNO (PP-RO)

Requerimento de reinstalação: 277/2012 Dep. Nelson Bornier

Data de reinstalação: 28/03/12

TITULARES	SUPLENTES
CARLOS MAGNO (PP-RO)	VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA)	ALINE CORRÊA (PP-SP)
WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)	NILTON CAPIXABA (PTB-RO)
VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP)	HUGO MOTTA (PMDB-PB)
*NELSON BORNIER	

*Deputado integrou a subcomissão desde a sua instalação até 31/12/2012, quando renunciou ao mandato para assumir o cargo de Prefeito do Município de Nova Iguaçu, RJ.

A Subcomissão definiu as seguintes ações a serem realizadas para consecução de seus objetivos.

- Fiscalização e acompanhamento das obras: Canal do Sertão, no Estado de Alagoas;
- Construção e adequação de trechos rodoviários nas rodovias BR-448 e BR-116, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Construção de trecho rodoviário na BR-429;
- Construção da Usina de Jirau;
- Sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água de Porto Velho, as três últimas no Estado de Rondônia.



VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS

A Subcomissão Permanente do PAC e do PMCMV realizou, em 2012, 02 visitas técnicas com mesas-redondas e fóruns a fim de acompanhar o andamento das obras do PAC

- **14/6/2012** - Visita técnica as obras do Canal do Sertão, no Estado de Alagoas.
 - ✓ Deputado Carlos Magno;
 - ✓ Deputado Wellington Roberto;
 - ✓ Deputado Hugo Motta.



- **12/07 e 13/07/2012** – Visita técnica as obras do trecho rodoviário da BR-429, do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água de Porto Velho e da Usina de Jirau, no Estado de Rondônia.
 - ✓ Deputado Carlos Magno;
 - ✓ Deputado Nilton Capixaba;
 - ✓ Deputado Vanderlei Siraque;
 - ✓ Deputado Sibá Machado.



Usina Hidrelétrica de Jirau (Foto: O Globo)



SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014 E OLIMPÍADAS DE 2016

A Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 foi criada em 11/03/09 por meio do Requerimento 127/2009, do Deputado Paulo Rattes, e do Requerimento 261/2009, dos Deputados Rômulo Gouveia e Silvío Torres, que incluiu as Olimpíadas de 2016 no rol de ações a ser acompanhadas pela Subcomissão.

A Subcomissão Permanente foi reinstalada nas Sessões Legislativas de 2010, 2011 e 2012. Por Ato do Presidente da Comissão, em 28/03/12, foi reinstalada a Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014, com 5 membros titulares e igual número de suplentes. Para o cargo de Presidente da Subcomissão foi eleito o Deputado Marcelo Matos (PDT/RJ) e para cargo Vice-Presidente o Deputado Edson Santos (PT/RJ) e designado relator o Deputado Filipe Pereira.

COMPOSIÇÃO ATUAL DA SUBCOMISSÃO

Presidente: MARCELO MATOS (PDT-RJ)

Vice-Presidente: EDSON SANTOS (PT-RJ)

Relator: FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)

Requerimento de Reinstalação: Req. nº 280/2012 Dep Filipe Pereira

Subcomissão reinstalada: 28/03/12

TITULARES	SUPLENTES
FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)	AUREO (PRTB-RJ)
HUGO MOTTA (PMDB-PB)	WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
NILTON CAPIXABA (PTB-RO)	ALINE CORRÊA (PP-SP)
EDSON SANTOS (PT-RJ)	DANIEL ALMEIDA (PCdoB/BA)
MARCELO MATOS (PDT-RJ)	1 VAGA

A Subcomissão definiu as seguintes ações a serem realizadas para consecução de seus objetivos:

- Realizar de mesa-redonda com visitas técnicas às cidades sedes dos jogos da Copa 2014, juntamente com o Tribunal de Contas da União e servidores da Câmara dos Deputados, para fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos federais nos preparativos para o mundial;
- Realizar reuniões com representantes do Ministério do Esporte e do Ministério do Turismo, a fim de discutir as questões pertinentes à Copa.



VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS

A Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 realizou ao longo de 2012, 11 visitas técnicas com mesas-redondas e fóruns, além de encontros/audiências dos membros das Subcomissões com instituições/entidades.

Data: 10/5/2012 - Fórum de debate com visita técnica

Objetivo: Acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

Local: Rio de Janeiro – estádio Maracanã e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Participantes:

- Dep. Marcelo Matos
- Dep. Filipe Pereira
- Dep. Aureo
- Dep. Nilton Capixaba
- Dep. Aline Corrêa

Visita ao Estádio do Maracanã



Foto: Ascom dep. Marcelo Matos



Visita ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016



Foto: Ascom. dep. Marcelo Matos

Data: 16/05/2012 - Fórum de debate com visita técnica

Objetivo: Obter informações junto ao Prefeito e o Secretário de Obras da Prefeitura de Rio de Janeiro sobre os preparativos para a Copa e as Olimpíadas, em especial os relacionados à mobilidade urbana e à hotelaria, bem como sobre o andamento das obras do Corredor da Transcarioca, Porto Maravilha e VLT do Centro.

Local: Rio de Janeiro – Prefeitura e Aeroporto do Galeão

Participantes:

- Dep. Marcelo Matos
- Dep. Aureo
- Dep. Filipe Pereira

Visita a Prefeitura do Rio de Janeiro



Foto: autor não identificado



22/11/2012 – Visita técnica às obras do Estádio Nacional de Brasília, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Edmar Arruda;
- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Filipe Pereira.



Foto: Natália Oliveira / Ascom dep. Edmar Arruda

26/11/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional Dep. Eduardo Magalhães, da Arena Fonte Nova e do Porto, na cidade de Salvador, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Aureo;
- Deputado Daniel Almeida.



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC



27/11/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional Pinto Martins, da Arena Castelão e do Porto, na cidade de Fortaleza, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Aureo.



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC

28/11/2012 - Visita técnica às obras da Arena das Dunas e do Porto, bem como reunião com representantes do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, na cidade de Natal, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Aureo.



Foto:Ronaldo Araújo/CFFC



29/11/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre, da Arena Pernambuco e do Porto do Recife, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Aureo.



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC

30/11/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins e da Arena Mineirão, na cidade de Belo Horizonte, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Aureo.



Foto: Ronaldo Araújo/CFFC



03/12/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional de Guarulhos e Arena de Itaquera, na cidade de São Paulo, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputada Aline Correa.



<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/galeria/arenaitaquerasaopaulooutubro2012>

10/12/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional Salgado Filho e do Estádio Beira Rio, na cidade de Porto Alegre, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Edson Santos;
- Deputado Daniel Almeida.



<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/galeria/estadiobeirariopoanov2012>



11/12/2012 – Visita técnica às obras do Aeroporto Internacional Afonso Pena e da Arena da Baixada, na cidade de Curitiba, com objetivo de acompanhar os preparativos para o mundial e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos.

- Deputado Edmar Arruda;
- Deputado Marcelo Matos;
- Deputado Daniel Almeida.



<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/galeria/arenadabaixadacuritibaenovembro2012>



SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA SAÚDE

A Subcomissão Especial da Saúde foi criada em 2012, por meio do Requerimento 290/2012, do Deputado Filipe Pereira. Por Ato do Presidente da Comissão, em 22/03/2012 foi instalada a Subcomissão Especial da Saúde, com 5 membros titulares e igual número de suplentes. Para o cargo de Presidente da Subcomissão foi eleito o Deputado Filipe Pereira (PSC/RJ) e para cargo Vice-Presidente o Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) e designado Deputado Aureo (PRTB/RJ) como relator.

COMPOSIÇÃO ATUAL DA SUBCOMISSÃO

Presidente: FILIPE PEREIRA (PSC/RJ)

Vice-Presidente: VANDERLEI MACRIS (PSDB/SP)

Relator: AUREO (PRTB/RJ)

Requerimento de criação: 290/2012 Dep. Filipe Pereira

Data de instalação: 22/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
FILIPE PEREIRA (PSC/RJ)	EDSON SANTOS (PT/RJ)
VANDERLEI MACRIS (PSDB/SP)	EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)
AUREO (PRTB/RJ)	MARCELO MATOS (PDT/RJ)
PAULO FEIJÓ (PR/RJ)	1 VAGA
*NELSON BORNIER	1 VAGA

*Deputado integrou a subcomissão desde a sua instalação até 31/12/2012, quando renunciou ao mandato para assumir o cargo de Prefeito do Município de Nova Iguaçu, RJ.

A Subcomissão definiu as seguintes ações a serem implementadas para consecução de seus objetivos

- Realizar de mesa-redonda com visitas técnicas aos hospitais do Rio de Janeiro:
 - Hospital Clementino Fraga Filho da UFRJ;
 - Hospital da Lagoa;
 - Hospital de Ipanema;
 - Hospital do Andaraí;
 - Hospital Federal Cardoso Fontes;
 - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
- Realizar mesa-redonda com visita técnica:
 - Polícia Federal no Rio de Janeiro;
 - Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do RJ.



VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS

A Subcomissão Especial da Saúde a fim de verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para enfrentar a crise do sistema público de saúde no Estado do Rio de Janeiro realizou, em 2012, visita técnica com mesa-redonda ao Estado do Rio de Janeiro nas seguintes instituições:

- Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro;
- Instituto de Pediatria do Hospital Clementino Fraga; e
- Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro.

Participantes:

- Dep. Filipe Pereira
- Dep. Edson Santos
- Dep. Rogério Carvalho



Foto: autor não identificado



Foto: autor não identificado



SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE TELEFONIA MÓVEL

A Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização Operacional dos Serviços de Telefonia Móvel no Brasil foi criada em 2012, por meio do Requerimento 316/2012, de autoria do Deputado Edmar Arruda. Por Ato do Presidente da Comissão, em 27/06/2012 foi instalada a Subcomissão Especial de Telefonia Móvel, com 5 membros titulares e igual número de suplentes. Para o cargo de Presidente da Subcomissão foi eleito o Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), para cargo Vice-Presidente o Deputado Carlos Magno (PP/RO) e designado Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) como relator.

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO

Presidente: EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)

Vice-Presidente: CARLOS MAGNO (PP/RO)

Relator: EDMAR ARRUDA (PSC/PR)

Requerimento de Instalação: Req. nº 316 /2012 Dep. Edmar Arruda

Subcomissão instalada: 04/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
AUREO (PRTB/RJ)	FILIPE PEREIRA (PSC/RJ)
CARLOS MAGNO (PP/RO)	EDSON SANTOS (PT/RJ)
EDMAR ARRUDA (PSC/PR)	*NELSON BORNIER
EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)	1 VAGA
HUGO MOTTA (PMDB/PB)	1 VAGA

*Deputado integrou a subcomissão desde a sua instalação até 31/12/2012, quando renunciou ao mandato para assumir o cargo de Prefeito do Município de Nova Iguaçu, RJ.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou em 5/9/2012 reunião de audiência pública, objeto do Requerimento de nº 343/2012, do Deputado Eduardo Cunha, para discutir a qualidade do sinal de telefonia móvel no país. O evento contou com participação do Senhor João Batista Rezende, presidente da Anatel. O resumo dos debates desta audiência pode ser conferido neste relatório no item audiências públicas realizadas.





Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Foto: Nilson Bastian – Banco de Imagens da CD



CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO EM 2012

Secretária da Comissão: Regina Pereira Games

Servidores:

Andrea Christina de Souza Barcelos Menezes
Ariadna Edenice de Mendonça Vasconcelos
Denize Macedo Pereira Pinto
Fatima Paes Loureiro
Fabiano Benedeti Fuzetti
Hosane Aparecida de Oliveira Fernandes Silva
Jair Francelino Ferreira
Manuela de Souza Andrade
Marcelo Brandão Lapa
Maristela Santos Araujo
Olga de Melo Martins Pinheiro Miyamoto
Ronaldo Ribeiro de Araújo

Pró-Adolescentes:

Ana Karolina Torres Guimarães
Rayane Alves Lopes